Combatente

Trimestral - Edição 392 - junho 2020 - 2€ Diretor: Joaquim Chito Rodrigues www.ligacombatentes.org

As Forças Armadas em todas as frentes

Pág. 22

Dia dos Capacetes Azuis | A Guerra Limitada | Estórias da História

Sumário

6
25 de abril
Recriação histórica

8
A LC na frente da prevenção
e combate à COVID-19

20
Estórias
da História

28
A Batalha
de La Lys

34
Histórias secretas
da guerra

Para assuntos relacionados com publicidade veiculada pela revista «Combatente», contacte as linhas dedicadas: 965 599 991 / 968 452 700 - Elizabette Caboz

Tendo como objetivo apoiar a Liga dos Combatentes no combate à Covid-19, as doações que vimos solicitando, no âmbito deste Programa, destinam-se agora, a apoiar as dificuldades e situações criadas pela pandemia. Vimos solicitar a ajuda de todos depositando na conta abaixo indicada, o vosso contributo.

Liga Solidária - Apoio COVID-19 - NIB 0035 0396 0022 0208 9305 8

Do antecedente	3.551,83€
Anónimo	20,00€
Donativos na Capela do FBS - 1.º Trimestre de 2020	493,91€
Joaquim Martins	100,00€
Joaquim Nogueira	20,00€
Manuel Nunes Castelão	50,00€
Maria Dolores Guerreiro	30,00€
Saldo em 05-06-2020	4.265,74€

NOTA: Devido à extensão dos donativos, a listagem completa encontra-se na página da internet da Liga dos Combatentes em ***www.ligacombatentes.org***

Combatente
Edição n.º 392 - Trimestral - junho 2020

Proprietário e Editor:
Liga dos Combatentes
Rua João Pereira da Rosa, 18 - 1249-032 Lisboa
Tel.: 213 468 245
geral@ligacombatentes.org.pt
NIPC/NIF 500816905

Redação:
Rua João Pereira da Rosa, 18 - 1249-032 Lisboa

Diretor:
Joaquim Chito Rodrigues

Conselho Editorial:
Direcção Central

Diretor Executivo:
Hélder Freire

Editor (Redação):
Jorge Henrique Martins (CP 7283A)

Copydesk:
António Porteira

Fotografia:
Hugo Gonçalves

Publicidade:
Elisabette Caboz
Tel.: 965 599 991 / 968 452 700

Secretariado:
Anabela Rodrigues
anabelarodrigues@ligacombatentes.org.pt

Execução gráfica:
Departamento de Informática LC

Impressão:
Lisgráfica, S.A.
Rua Consiglieri Pedroso, 90
Casal de Santa Leopoldina - 2730-053 Barcarena
Tel: 214 345 444

Expedição:
Translista, Lda.
Rua Miguel Bombarda, 9 - Queluz de Baixo 2745-124
Barcarena - Tel: 214 266 886
translista@ip.pt

Tiragem:
50.000 exemplares

Depósito Legal:
210799/04
ISSN – 223 582
Nº. ERC – 101 525

Estatuto Editorial:
www.ligacombatentes.org.pt/revista_combatente/estatuto_editorial

Capa: Foto EMGFA

Editorial

O HOMEM E O FIM TEMPORÁRIO DA GLOBALIZAÇAO

Joaquim Chito Rodrigues
Tenente-general
Presidente da Direcção Central

A construção geopolítica da era pós-moderna e que passou a conduzir as unidades políticas, em todo o mundo conhecida por globalização, colapsou. Pelo menos temporariamente. Mas não será restaurada, nem com a forma, nem com a confiança de outrora. As dependências criadas foram demasiado evidentes.

Sem armas nucleares, sem grandes exércitos, tratando por igual grandes e pequenas potências, um vírus, tornou-se inimigo desconhecido, potente e invisível, omnipresente e mortal do homem, constituindo-se na ameaça global do ser humano, em qualquer canto do mundo.

Surpreendidos, sem meios para lhe fazer frente, na defesa dos seus cidadãos, os países fecharam-se ao exterior e no interior fecharam os seus cidadãos em casa. Não possuindo de momento meios ofensivos contra o Inimigo insidioso e traiçoeiro, a única solução teve características puramente defensivas de isolamento geral e confinamento pessoal. A ofensiva deu-se de Leste para Oeste. As lições aprendidas no Sol nascente nada serviram para o Sol poente não impedindo a pandemia.

A globalização ficou reduzida a dois fatores omnipresentes: a ação do coronavírus e a ação da internet.

Por esta última, conseguindo o homem conhecer as centenas de milhares de mortos e os milhões de infetados no mundo, bem como os resultados da ação defensiva desencadeada, nos hospitais e em casa, e dos esforços da ciência para produzir os antídotos.

O mundo, há três meses parado para salvar vidas, viu destruídas as relações humanas e de trabalho, destabilizou drasticamente a economia e retoma cautelosamente uma nova forma de viver até á normalidade possível.

A Liga dos Combatentes, instituição com cerca de oitenta mil cidadãos a ela ligados, cumpriu as fases de alerta, emergência e de calamidade decretadas pelas entidades responsáveis governamentais e da saúde.

Elaboramos o nosso Plano de Contingência Geral, difundimos as nossas diretivas. As nossas residências, creches e jardim de infância elaboraram os seus Planos de Contingência de acordo com as instruções do governo e das entidades de saúde. Os nossos lares ultrapassaram todas as fases, até agora, sem qualquer problema e com os resultados dos testes realizados todos negativos. Os nossos milhares de sócios passaram incólumes estas fases, apenas se tendo conhecimento de uma morte por covid-19 em Tomar e outra em Mirandela. Tendo em consideração todos os alertas feitos, trabalho do CEAMPS e CAMPS em coordenação com os núcleos, os resultados conhecidos até hoje, permitem-nos afirmar que os nossos associados vêm vencendo o vírus.

Porque razão? É talvez uma pergunta que os cientistas um dia poderão responder. Porque nós organizamos e cumprimos ou porque algumas características nos privilegiam com imunidade. As vivências, sofrimento e defesas de uma geração que percorreu vários cantos do mundo? O sistema de vacinação e de antídotos tomados ao longo da sua vida militar e ultramarina? A maior parte com mais de 70 anos e diária e sucessivamente massacrada e lembrada pelos responsáveis de saúde que na sua faixa etária reside a maior percentagem de mortos e que a eles é devida proteção e devem confinar-se, resistem até agora, psicológica e fisicamente como resistiram as agruras da guerra.

Com orgulho, continuamos trabalhando para cumprimento dos nossos objetivos estatutários, sem alardes, lutando com as nossa próprias forças, abalados pelos cortes drásticos nas nossas receitas próprias, com os mesmos apoios do estado como se nada tivesse acontecido e um salutar apoio do EMGFA ao colocar as suas linhas de apoio à saúde ao dispor dos associados da Liga dos Combatentes, o que muito nos sensibilizou.

Voltando ao trabalho, presencial, teletrabalho, por turnos ou em espelho, confinados ou livres, com as proteções recomendadas, alguns de nós poderão cair, mas a Liga dos Combatentes continuará de pé, como um dos vencedores desta crise biológica, perante a qual soube fugir das suas emboscadas. Continuaremos a honrar os mortos e a lutar pela dignidade dos vivos!

Liga dos Combatentes?
Valores Permanentes!
Liga dos Combatentes?
Em todas as Frentes! C

25 de Abril - Santarém recriou noite histórica

A parada da antiga Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, voltou na madrugada de 25 de Abril de 2014 a reviver um dos momentos mais marcantes do país. A recriação do discurso do capitão Salgueiro Maia às tropas, antes da partida da coluna militar para Lisboa na madrugada de 25 de Abril de 1974, foi presenciada e aplaudida por muitos populares que assim puderam reviver um momento que deixou a cidade ribatejana ligada, para sempre, ao momento mais marcante da história contemporânea de Portugal.

Carlos Sá Pombo
Presidente do Núcleo de Santarém da LC

No âmbito do 25 de Abril de 1974, aproveita-se esta edição da Revista Combatente para recordar uma das comemorações que foi realizada em 2014 como celebração e homenagem ao seu 40.º Aniversário. Acontecimento que teve como palco a antiga Escola Prática de Cavalaria em Santarém, com a realização de uma encenação e recriação histórica da madrugada do 25 de Abril de 1974, cujo início se verificou às 00h30 na Parada Môngua desta antiga Unidade Militar, que teve um papel primordial no Golpe Militar que originou a queda do antigo regime.

Ação Militar tendo ficado também conhecida por Revolução dos Cravos. Local, onde várias centenas de pessoas se deslocaram e fizeram presença para assistirem a esta épica dramatização, nunca antes realizada nesta cidade.

Evento que foi levado a cabo pelo respetivo Município e Empresa Municipal Viver Santarém. Recriaram-se os acontecimentos da madrugada do dia 25 de Abril de 1974, o que para se gerar maior realismo ao cenário, foram utilizadas uma dezena de viaturas militares, pertencentes à Associação Portuguesa de Veículos Militares, assim como uma viatura blindada ligeira Chaimite que para os efeitos de encenação lhe foi colocado na sua parte exterior, o nome: "Bula", viatura blindada, tendo sido concedida por empréstimo pelo Estado Maior do Exército. Fizeram também parte integrante nesta recreação histórica, cerca de uma centena de figurantes, rigorosamente uniformizados à época.

Realçando-se vários momentos de encenação, nomeadamente: Os respetivos Comandantes de Pelotão a formarem os seus homens, em que após formatura pronta os apresentaram ao Comandante de Esquadrão, tal como determina a regra e conduta militar.

De seguida, voltou a ouvir-se o discurso do Capitão Salgueiro Maia que deixou nessa noite aos militares que o acompanharam na madrugada da revolução. Ação e momento protagonizado pelo Sargento-chefe de Cavalaria, Carlos Sá Pombo, encarnando e representado assim o papel do Capitão Salgueiro Maia, militar de Cavalaria, tendo pertencido vários anos ao efetivo da Escola Prática de Cavalaria.

Carlos Pombo, atualmente encontra-se na situação de Reserva, a exercer as funções de Presidente da Direção do Núcleo de Santarém da Liga dos Combatentes. Encenação que continuou, com outro grande momento: O início do movimento da Coluna Militar, constituída por todas estas viaturas, tendo as mesmas sido devidamente guarnecidas pelos próprios figurantes. Coluna Militar que após sair pelo Portão Chaimite

Carlos Sá Pombo, presidente do Núcleo da LC, em Santarém, no papel de Salgueiro Maia

Foto: Mirante.TV

Foto: Mirante.TV

Foto: Mirante.TV

deste antigo Quartel, percorreu parte da cidade, ao som das Senhas da Revolução, sempre acompanhada por muitos populares ao longo de todo o percurso que entoavam as canções: "E depois do Adeus", de Paulo de Carvalho, e "Grândola, Vila Morena", de Zeca Afonso. Deslocamento este, que culminou junto ao monumento evocativo do Capitão Salgueiro Maia, localizado no Jardim dos Cravos, onde lhe foi feita uma homenagem, com a colocação de uma coroa de cravos, cumprindo-se depois um minuto de silêncio, em memória de um dos principais protagonistas da queda do antigo regime, no ano em que se comemorou o 40.º Aniversário da implementação da democracia em Portugal. Recriação, na madrugada de 25 de Abril de 2014, em que a cidade de Santarém saiu à rua para recordar uma das noites mais emblemáticas da sua história recente, quando o então Capitão Fernando Salgueiro Maia, partiu em direção a Lisboa para ajudar a depor o antigo regime liderado por Marcelo Caetano.

A Liga na frente da prevenção e combate à COVID-19

1 - Que novo desafio foi este?

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretava uma pandemia, provocada pelo novo coronavírus (COVID-19). O País passou ao Estado de Emergência, e a maior parte dos Sócios da Liga dos Combatentes (LC), em especial os Antigos Combatentes, com idades acima dos 70 anos, muitos com doenças crónicas, colocava-os em situação de maior vulnerabilidade e risco para contrair, com consequências graves, a COVID-19. Mais uma vez, a nossa Instituição, era chamada a intervir e mostrava que estava atenta às necessidades dos seus sócios, criando logo no início de março um Gabinete de Crise, responsável pela articulação de respostas Médicas, Psicológicas e Sociais, através dos CAMPS e Núcleos da Liga dos Combatentes com orientação da Direcção Central. Para esta Missão estávamos todos mobilizados! Os objetivos eram claros:

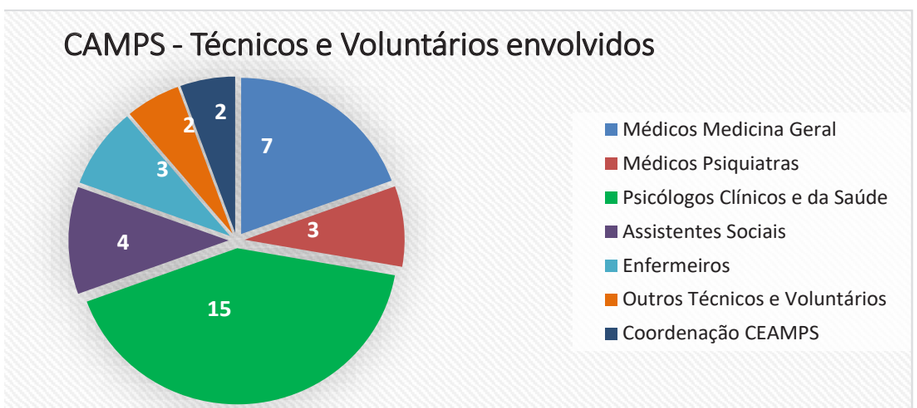
a. Apoiar todos os sócios;
b. Garantir que os sócios, especialmente os mais vulneráveis, se mantinham informados e pugnar para que fossem cumpridas as orientações recomendadas pelas entidades públicas nacionais, nomeadamente as emanadas pela Direção Geral da Saúde e pelo Governo (dever de proteção especial e dever de isolamento social).
c. Avaliar a existência/necessidade de suporte familiar ou outro que assegurasse a satisfação das suas necessidades, como por exemplo, de alimentação e de acesso à medicação.
d. Estabelecer e assegurar redes de apoio com caráter de proximidade.

2 - Com os técnicos em teletrabalho e com os Núcleos em trabalho reduzido, com os sócios confinados... Como decorreu esta Missão? Damos a conhecer o nosso trabalho!

No período de 16 de março a 02 de maio, período de Estado de Emergência Nacional, a Liga dos Combatentes deu resposta às necessidades de 1026 Sócios Combatentes e seus familiares. Realizou 8726 intervenções e teve 88 Núcleos com Ações implementadas para responder às necessidades dos seus associados. As principais ações desenvolvidas são apresentadas no quadro seguinte:

Para além das Direções dos Núcleos, a Liga contou com a equipa de coordenação do CEAMPS, e as equipas dos CAMPS, num total de 40 técnicos de apoio geral aos CAMPS. Estes técnicos articularam-se em permanência com os Núcleos que se envolveram ativamente, como mostram os gráficos seguintes:

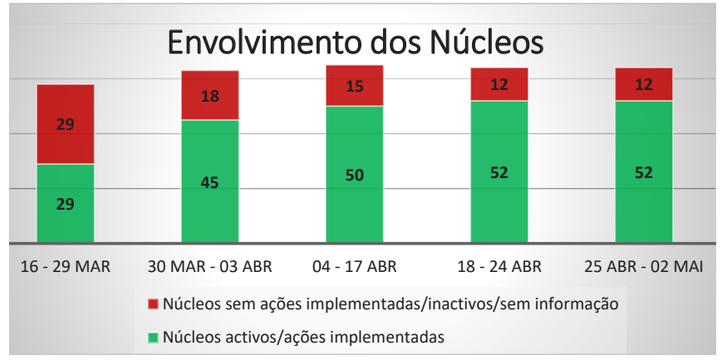
Intervenções realizadas	N.º	Intervenções realizadas	N.º
Combatentes em Acompanhamento	1026	Formações on-line frequentadas pelos técnicos	56
Teleconsultas	5819	Reuniões de equipa técnica	155
Apoios diretos (alimentação e medicação)	106	Reuniões e contactos com Núcleos	413
Situações encaminhadas	52	Reuniões com CEAMPS	82
Ajudas Técnicas	112	Outros contactos	426
Receituário emitido	110	Reports semanais efetuados	30
Publicações em redes sociais	150	Instituições e Empresas contatadas para angariação de bens	189
		Total de Intervenções	**8726**



Como metodologia de intervenção foi privilegiada a utilização conjunta de quatro estratégias: contacto direto (telefone, email, entre outros meios), articulação CEAMPS, CAMPS e Núcleos da LC, articulação com outras entidades da comunidade e intervenção nas redes sociais.

Todas as equipas dos CAMPS foram contactadas pela Coordenação do Gabinete de Crise, com o objetivo de mobilizar os recursos disponíveis e operacionalizar o trabalho a desenvolver. Assim, foram realizadas reuniões por videoconferência, foram elaboradas diretivas e orientações técnicas. Foi valorizada a formação e a reflexão, todos os técnicos da Liga frequentaram formações on-line e recolheram a informação necessária para responderem da melhor forma a este novo desafio.

Estavam então reunidas as condições para avançar para o contacto direto com os Combatentes e Sócios da Liga. Os contactos, realizados por telefone ou email, respeitaram a critérios de prioridade em dois grupos: Grupo 1 - Grupo de Maior Risco, constituído pelos combatentes com idade superior a 70 anos e doenças crónicas e Grupo 2, constituído por todos os restantes combatentes e sócios. Este contacto pretendia identificar as necessidades de cada Combatente, Familiar ou Sócio: avaliar o estado geral de saúde (física e psicológica), melhorar o conhecimento/cumprimento das normas da DGS, identificar o nível de suporte familiar e o nível de autonomia nas Atividades de Vida Diária (AVD's).



3 - Quais as principais necessidades que encontrámos ao longo da intervenção?

A saúde mental, plena de desequilíbrios, viu-se com espaço para vacilar e colocar os combatentes em privação das mais variadas formas de suporte psicossocial, essas que, até ao chegar da pandemia, os ajudavam no combate diário à doença mental. Os grupos terapêuticos e as consultas presenciais cessaram e o silêncio na sala, outrora repleta de partilhas, invadiu o espaço, calaram-se as ideias, mas não poderíamos deixar que se perdessem os laços. Combatentes e técnicos reinventaram-se e continuaram a comunicar quebrando as amarras que a Covid-19 trouxe atracadas a si.

Aos poucos, percebeu-se que esta condição estava para durar e não nos podíamos deixar reduzir. Com todos os cuidados, como exige o programa Cuidados de Saúde, iniciaram-se partilhas de dificuldades, mas também de conquistas, criamos apoios para o que nos era solicitado, colocamos combatentes em contacto uns com os outros, criamos desafios em forma de tarefas terapêuticas, primamos pela psicoeducação para proteção individual, mantivemos as tarefas de relaxamento e terapia respiratória e as indicações para preenchimento de auto monitorizações, o objetivo máximo: que cada um não se perdesse de si próprio e que pudesse manter um alerta tranquilo, menos ansioso e seguro no futuro.

O Isolamento, a sintomatologia ansiosa, os processos de luto que se agravaram por impedimentos de partilhas de dor e despedidas fúnebres, o medo de contágio, a dificuldade em compreender o mal que pode fazer algo que não se vê, não se cheira, não se ouve nem sente, ter que manter o confinamento sem que a razão seja a de se proteger de balas do inimigo, não é tarefa simples, mas foi executada.

Numa perspetiva social, o vírus trouxe incertezas nas relações interpessoais, tornando absolutamente indispensável manter a proximidade com os combatentes/sócios mais isolados e vulneráveis, reforçando os contactos, de forma a minimizar a sensação de "solidão" e as dificuldades sentidas para ultrapassarem esta "GUERRA", onde o inimigo não é visível e onde as armas disponíveis são, nem mais nem menos, que a Solidariedade, o Espírito de Missão, a Camaradagem e o Compromisso.

Apoio social não se resume apenas a colmatar as dificuldades económicas, colocar alimentos na mesa ou assegurar o acesso à medicação. Neste tempo de pandemia que surpreendeu todos, fomos percebendo que tínhamos que ser muito criativos para superar "a nossa fome de alimentos", mas mais ainda a nossa "fome de contacto social", que até então parecia não ter tanta importância. Certamente nunca tínhamos refletido como seria ter os nossos movimentos mais simples condicionados, o simples ir ao supermercado, à farmácia, tomar um café com um amigo, andar nos transportes públicos...

O simples cumprimento de Bom dia, Boa tarde, Olá como está, também este estava agora condicionado, e porquê? Porque o medo tomou conta de todos nós e criou um sentimento de desconfiança generalizado.

Então reorganizamo-nos e reinventamos estratégias para dar a resposta adequada a cada necessidade apresentada, um simples Bom dia através do contacto telefónico, o solicitar as receitas e levantar no Centro de Saúde, passar pela Farmácia e levantar os medicamentos e fazê-los chegar com um sorriso e com complemento de um iogurte, de umas bolachas ou até mes-

mo de uns legumes ou um pão fresco.

O desafio foi grande, mas nunca houve vontade de desistir perante as dificuldades que surgiam. Uma entidade sozinha não consegue dar resposta, então unimos esforços e saberes e partilhámos com outras entidades no terreno.

Muitas ideias surgiram e foram concretizadas, e mais uma vez a Missão tem sido e continua a ser cumprida, o nosso lema "abrir janelas", porque cada dificuldade é uma janela de aprendizagem para evoluirmos enquanto técnicos e pessoas.

4 - Que respostas foram encontradas pelas equipas da Liga dos Combatentes? Que boas práticas podemos destacar?

De repente, fomos todos desafiados e tivemos que nos reinventar. Era necessário manter os nossos serviços a funcionar, dar apoio aos Combatentes e manter a segurança e proteção de todos. Das respostas que tivemos que desenvolver, destacamos as seguintes Boas Práticas e estratégias de intervenção utilizadas:

- Informação e psicoeducação, terapia de suporte e apoio psicológico; e suporte por pares;
- Apoio regular ao Cuidador informal;

"A nossa Liga nunca se esquece de nós."

"É uma honra sentir a satisfação que os combatentes demonstram ao saber que neste momento não estão esquecidos"

- Articulação com entidades da Rede para resolução de problemas e necessidades identificadas.
- Algumas situações criticas identificadas foram reencaminhados para Redes de Apoio e Emergência Municipal e apoio ao isolamento e acompanhadas em seguimento de apoio psicológico pelos CAMPS.
- Sensibilização e estimulação de diferentes modos de comunicação à distância com a família e amigos;
- Envio de materiais, como jornais, revistas, material informativo para os nossos utentes, através de redes sociais;
- Desenvolvimento de protocolos com entidades para criar respostas mais favoráveis para os nossos combatentes,
- Entrega de medicamentos e alimentos aos combatentes mais vulneráveis e sem apoio familiar. Medida destinada a doentes crónicos, pessoas isoladas ou com problemas de saúde e/ou de mobilidade reduzida.
- Dinamização de grupos em redes sociais para facilitar a comunicação entre elementos dos Núcleos que são apoiados e a equipa técnica do CAMPS, durante este período de teletrabalho (grupos de WhatsApp).
- Articulação constante com os médicos que dão apoio ao CAMPS para emissão de receitas de medicação dos doentes crónicos nesta fase de estado de emergência;
- Articulação com a rede de cuidados de saúde primários (médicos de família e enfermeiros comunitários) dos concelhos a que damos resposta e com delegados de saúde;
- Sinalização de utentes para os serviços de proximidade das forças de segurança; e articulação constante com outras entidades públicas, privadas e do terceiro setor para responder às necessidades identificadas;
- Levantamento de respostas Locais para serem ativadas aos sócios a qualquer momento caso se justifique (IPSS, centros de dia, Santa Casa da Misericórdia e empresas de apoio domiciliário garantem alimentação e cuidados de higiene em apoio domiciliário);
- Desenvolvimento de estratégias e medidas para viabilizar a dinamização dos grupos terapêuticos para combatentes – partilha dos contactos entre os combatentes, contacto dos técnicos com todos os combatentes na data das sessões, ou através de uma escala, ou outros desafios lançados aos combatentes para manterem a interligação no grupo;
- Criação de um grupo de WhatsApp "Chá das Esposas" para comunicação entre as participantes do grupo informal de suporte para esposas. Desenvolvimento de atividades alternativas para realizar na data do encontro (envio de uma carta com poema, receita ou saquinha de chá);
- Elaboração de um Vídeo com fotografias das atividades do CAMPS para publicação na página do Facebook do CAMPS, no domingo de Páscoa 2020;
- Divulgação na Página do Facebook dos Núcleos/CAMPS, o Plano de Emergência de Apoio, onde são disponibilizados a todos os sócios e seus familiares, os contactos e as formas de Apoio Psicológico, quer através de consulta por telefone, quer por videochamada;
- Contacto e articulação com Empresas e com as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia para angariação de equipamentos de proteção individual (EPI's);
- Linha de apoio "Terapia Ocupacional" destinado a pessoas com necessidades específicas, com o objetivo essencial de prevenir e/ou compensar incapacidades/disfunções físicas, mentais ou outras, sujeitas a agravamentos derivados da elevada inatividade e do isolamento social;
- Atualização diária de informação acerca da Covid-19;
- Indicações aos sócios de como minimizar o risco, pedindo para ficarem em casa; com contacto semanalmente para informar/ou confirmar acerca de novas medidas que são implementadas;
- Reforçar os contactos com os sócios e seus familiares de forma a reduzir os efeitos do isolamento e entender quais as maiores dificuldades;
- Promoção da motivação para os sócios realizarem atividades em casa, como a continuação de algumas que realizavam no grupo terapêutico como: mandalas terapêuticas, terapia respiratória e outros exercícios e tarefas ocupacionais;
- Planeamento e adaptação do espaço físico do Núcleo/CAMPS, tendo em vista a implementação de medidas de segurança sanitária e de proteção, recomendadas pela Direção Geral de Saúde (DGS), com o objetivo de uma abertura gradual dos serviços administrativos do Núcleo e das atividades do CAMPS.

Dois meses passaram... Durante este período estivemos presentes na vida dos nossos sócios, conjugámos esforços e articulámos todos os recursos possíveis da nossa Liga, interagimos com outras entidades para encontrar as melhores soluções, fomos criativos para acompanhar, informar e motivar os sócios a realizarem atividades em casa que lhes permitissem atravessar este período mantendo-se saudáveis! Fizemos visitas, levámos bens de primeira necessidade e medicamentos a casa de quem precisou, levámos poesia pelo telefone, escrevemos cartas. E agora estamos em condições de avaliar, refletir e planear o futuro. Temos muitas ideias e projetos para continuar a nossa intervenção! A Liga e os Combatentes podem continuar a contar connosco!

"É extremamente gratificante, quando falamos com as pessoas ao telefone, ouvimos os seus medos, as suas angústias e frustrações, chamamos à atenção para determinados comportamentos a ter e que não estão sozinhos neste combate, e que estamos cá para o que for preciso. Na hora da despedida dizem-nos mil vezes, muito obrigado, ainda bem que telefonou, vocês são incansáveis. Muito obrigado"

Artigo elaborado pelas técnicas dos CAMPS, com revisão e coordenação do CEAMPS

A pandemia do COVID-19 e a Guerra Nuclear,
dois cavaleiros do apocalipse

João Nobre de Carvalho
Contra-Almirante

Quando for ultrapassada esta pandemia provocada pelo Coronavírus COVID19, a população mundial, tendo passado por grandes sacrifícios devido ao confinamento forçado, à perda prematura de entes queridos e ao desemprego, poderá ficar mais sensibilizada para poder avaliar melhor os efeitos, também planetários das explosões que uma guerra nuclear provocaria, muitíssimo mais gravosos do que os originados pelo misterioso vírus.

Um conflito nuclear pode ser deliberadamente desencadeado por um Estado que possua ogivas nucleares adaptáveis a mísseis capazes de as lançar sobre outro, por sua própria iniciativa ou para se antecipar a um ataque com esse tipo de armas que julgue eminente, nomeadamente a partir de submarinos. Neste último caso, note-se o aumento da probabilidade de ocorrer uma avaliação da ameaça deficiente, facilitada pela ação de "Hackers" profissionais e pela disseminação criteriosa de notícias falsas, as tão propaladas "Fake news". Um ataque nuclear poderá também ocorrer devido a uma inusitada sucessão de falhas de segurança ou por uma sofisticada ação deliberada de ciberguerra.

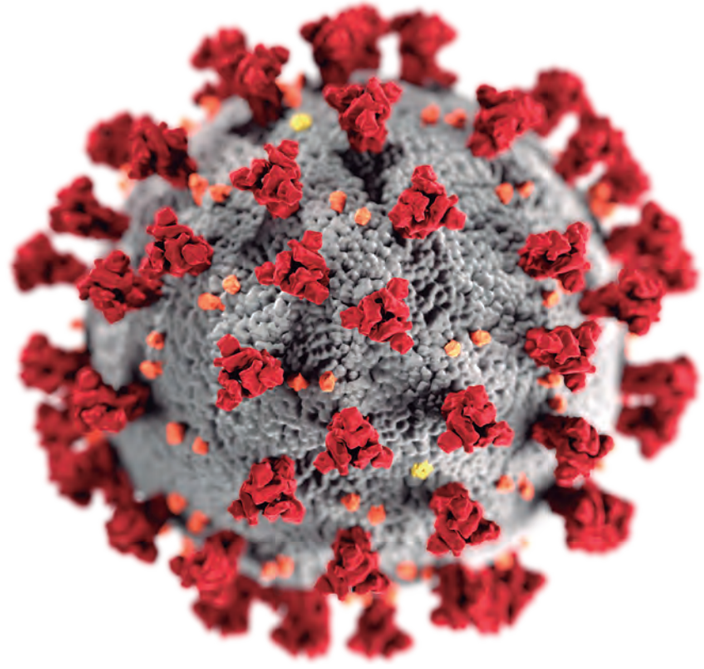
Atualmente um número crescente de países, nem todos seguindo regimes políticos democráticos, possuem arsenais nucleares e meios de lançamento ou estão em vias de alcançar essa capacidade, também desejada por algumas tenebrosas organizações terroristas. Por outro lado, a previsível queda do Produto Interno Bruto mundial, o incremento que se observa na falta de diálogo no plano internacional, devido ao estrangulamento financeiro e consequente perda de influência da Organização das Nações Unidas, ao auto-isolamento a que alguns Estados autocraticamente se remetem e a ambição hegemónica da superpotência asiática, geram um caldo de cultura propício a um aumento da conflitualidade no nosso planeta azul. Enquanto a COVID19, invisível a olho nu, surfa a gigantesca onda da globalização, galgando sem cerimónia fronteiras geográficas numa disseminação pandémica, os governos, embora com atraso, foram tomando cada um por si, medidas de proteção das suas populações, isolando-se, tentando proteger os seus cidadãos e adaptar os sistemas de saúde, procurando simultaneamente catalisar a descoberta de tratamento e vacina.

Ora as explosões nucleares, para além das devastadoras destruições provocadas entre os contendores, geram nuvens de poeiras radioativas, o "Fall out", que transportadas nas asas de Eolo aproveitando as diferenças de pressão entre as massas de ar atmosféricas, percorrerão o planeta, dizimando seres humanos e animais, incluindo os nascituros, contaminando insidiosamente, durante muitos anos, as águas, os solos, o manto vegetal e os alimentos.

As bombas atómicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, no Japão, em Agosto de 1945 pelo Bombardeiro B-29 Enola Gay dos EUA, no fim da II Grande Guerra Mundial e os desastres ocorridos nas centrais nucleares de Chernobyl, na União Soviética (hoje território da Ucrânia), em abril de 1986 e em Fukushima, no país do sol nascente, em março de 2011, ambos atingindo o nível 7 na Escala Internacional dos Eventos Nucleares, dão-nos uma pálida ideia dos efeitos medonhos da contaminação radioativa.

B-29 Enola Gay

Um conflito nuclear não afetaria apenas os Estados beligerantes, mas outrossim muitos outros, que não disporiam de tempo suficiente para construir abrigos subterrâneos para as suas populações, nem para dispor de equipamentos de proteção individual suficientes para minimizar o contágio radioativo galopante. Uma vez saído da garrafa, o Génio do Mal não é suscetível de ser recapturado. Todos estes efeitos apocalípticos seriam naturalmente acrescidos aos do aquecimento global causados pelas alterações climáticas em curso, para as quais a humanidade parece estar já sensibilizada, a avaliar pelo acolhimento recentemente proporcionado à jovem Gretta Thunberg por altas entidades e organizações a nível mundial, promovendo a aplicação do Tratado de Paris no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, aprovado em 12 de dezembro de 2015. Refletindo a política internacional os interesses dos Estados, constata-se a total incapacidade dos governantes e de uma ONU esvaziada de poder, em conseguir suster a corrida ao armamento atómico, face aos gigantescos interesses envolvidos e à crescente tendência para o auto-isolamento por parte de importantes potências marítimas na Europa e na América.



Neste cenário, desponta no horizonte o perfil ameaçador do segundo cavaleiro do apocalipse, o espectro de um conflito nuclear, quando a humanidade mal se refez da nefasta ação pandémica do primeiro. Neste enquadramento de loucura mansa, as pessoas, sensibilizadas pela última pandemia, terão de pressionar fortemente os seus governos, nomeadamente nos Estados democráticos detentores da arma nuclear, para que promovam a realização de um Convénio Internacional para elaboração de um Tratado para total abolição das armas nucleares. O Secretário-geral da ONU, um distinto português, respeitado tribuno, poderia talvez dirigir-se diretamente às populações, utilizando as possibilidades de comunicação ímpares hoje existentes, obtendo apoios de outras personalidades de relevo na intelligentsia mundial, explicando e exortando as pessoas para exigirem ação. A adolescente ativista ambiental sueca apontou o caminho para o combate às alterações climáticas, mas também urge evitar uma guerra nuclear.

O poder da Palavra continua a ser determinante e não pode ser desprezado. Antes que seja tarde.

A Guerra Limitada na História recente

Joaquim Chito Rodrigues
Tenente-general

Conceção Moderna de Limitação da Guerra

As novas teorias de Guerra Limitada e de Operações de Manutenção da Paz refletem o Mundo Actual face ao elevado número de incidentes que deram lugar a conflitos armados e ao facto de não ter havido guerra entre os grandes poderes, nos últimos 75 anos.

Seymore Deitchman in "Limited war and American Defense Policy" (1964) contava trinta conflitos em várias partes do Mundo entre 1945 e 1963 e houve como sabemos muitos mais depois disso. Entre as mais importantes destas guerras assinalam-se: A Guerra Civil na China depois da 2.ª GM (iniciada em 1920; última etapa 1945-48); As Guerras Israelo-Árabes; A Guerra da Coreia; O longo conflito na Indochina envolvendo primeiro a França e depois os EUA; A Guerra Revolucionária que opôs a França à Argélia; Índia-Paquistão; Cuba; Irão-Iraque; Afeganistão; Iraque; Bósnia; Líbia e Síria.

Mas houve outras, incluindo os conflitos em África, Ásia e América Latina. As Guerras da Coreia e do Vietnam foram dos maiores conflitos depois de 1945 e dos melhores exemplos da persistência da Guerra Limitada na era nuclear.

Não há uma definição de Guerra Limitada moderna geralmente aceite por estrategas e pensadores sobre defesa. A conceção moderna de limitação da guerra discutida em setores públicos e privados tem deixado em aberto a questão fundamental: "Como pode ser aplicado o poder militar na era nuclear, sem o uso de recursos e riscos inerentes que ultrapassem o valor das vantagens daí decorrentes?". As missões de manutenção e imposição da Paz parecem ser a resposta mais suave a esta pergunta, mas não se enquadram no conceito da Guerra Limitada.

O emprego de forças militares seletivamente e com muitas restrições permite ao oponente desenvolver e ajustar a sua estratégia, prolongando o conflito e aumentando a necessidade de outros meios. É um extremo. Por outro lado, a possibilidade de iniciar uma guerra nuclear aumenta, se as potências nucleares, e algumas não nucleares, usarem as forças armadas temerariamente e irrefletidamente. Outro extremo.

Um ponto algures entre estes dois extremos pode ser aquele em que o poder militar pode ser usado efetivamente e racionalmente para apoio dos objetivos nacionais.

Uma estratégia de Guerra Limitada bem conduzida pode levar a encontrar esse ponto. Antes da apresentação das características da aplicação limitada do poder militar, como sabemos, "A segurança e o bem-estar de uma potência dependem largamente da sua capacidade de usar ou ameaçar usar as suas forças armadas na prossecução dos seus objetivos de política externa" e, como dizia George Lincoln e Norman Padelford escreveu: "O poder militar é o último árbitro no conflito entre nações. Em sentido lato é uma parte integrante das relações internacionais e deverá continuar a sê-lo mesmo que algumas medidas de controlo de armamentos sejam conseguidas.". Apresentamos algumas definições de Guerra Limitada: A Junta dos Chefes de Estado Maior (JCS) dos EUA definiu Guerra Limitada como:

"Conflito armado, com exceção da guerra generalizada, envolvendo o empenhamento claro de forças militares de duas ou mais nações". Por esta definição a Junta de Chefes excluiu da Guerra Limitada, tanto a guerra de guerrilhas, como a guerra não convencional. Interessante é verificar que esta definição não se refere a "fins" ou objetivos a serem atingidos.

O embaixador Robert Machintock derivando da definição da JCS e incorporando os objetivos apresentava a seguinte definição: "Guerra Limitada é um conflito, que não atinge a guerra generalizada, com vista a atingir objetivos políticos, usando forças limitadas e força limitada. Como entre as grandes potências nucleares a manutenção do equilíbrio global nuclear estratégico impediria o uso de armas nucleares estratégicas, o medo da escalada inibiria quanto ao uso das armas nucleares táticas".

Esta definição associa o uso da força como o atingir de determinados objetivos políticos e incorpora o risco que é inerente a muitas confrontações na era nuclear. O mesmo autor sintetiza: É o conflito armado no qual pelo menos um protagonista restringe intencionalmente os seus objetivos e/ou meios para atingir esses objetivos. A restrição intencional pode ser autoimposta ou induzida pelo oponente ou outra nação ou nações.

Henry Kissinger no seu livro "Armas Nucleares e Política Externa" interroga-se sobre o que é uma Guerra Limitada, sob as condições actuais. E afirma que pode ser: "Uma Guerra Limitada a uma área geográfica definida; Uma Guerra que não utilize todo o sistema de armas disponível (tal como a restrição do uso de armas termonucleares); Uma Guerra que utilize todo o sistema de armas, mas que limite o seu emprego a objetivos específicos". Mas refere que nenhuma destas definições militares parece adequada. Uma Guerra pode ser limitada a uma área geográfica e no entanto esgotar os recursos nacionais (França na 1.ª Guerra Mundial).

Na Guerra dos 30 anos, o poder dos armamentos não era grande, os exércitos eram pequenos pelos padrões atuais, mas a população da Alemanha ficou reduzida a 3% no final da Guerra. E concluiu não existir uma forma de definir Guerra Limitada em termos puramente militares, os quais na tentativa de tornar o inimigo indefeso terão como resultado final a Guerra Total. "A Guerra Limitada é levada a cabo para atingir fins políticos específicos, os quais pela sua própria existência, tendem a estabelecer uma relação entre a força empregue e o objetivo a atingir". Reflete uma tentativa de afetar a vontade do adversário e não de esmagá-lo. A Guerra Limitada é um ato político". O seu aspeto característico é que não tem uma solução "unicamente" militar. A chefia política deve, por conseguinte, assumir a responsabilidade de definir os limites dentro dos quais os militares devem desenvolver os seus planos e capacidades.

Quanto mais os militares planeiam na base do aniquilamento do inimigo mais os políticos recuam ante os riscos de emprego de qualquer acção militar. E Kissinger afirma: "Quanto mais se conceber uma Guerra Limitada como uma "pequena" guerra total, mais se provocarão inibições semelhantes às originadas pelo conceito de retaliação maciça. A condição prévia para uma politica de Guerra Limitada é a reintrodução do elemento político no conceito de Guerra e afastar a noção de que a política termina quando a guerra começa ou que a guerra pode ter objetivos distintos dos da política nacional". Por seu lado a doutrina francesa ao abordar o problema das Guerras Limitadas, afasta dela os conflitos armados no interior de um Estado (isto é resultante do Terrorismo, da Guerrilha ou da Guerra Civil) e bem como aquilo que os americanos denominam de "low intensity conflits" (insurreição e guerrilha, conflitos de nível moderado). E considera como "Guerras Limitadas" os conflitos militares que são: "Limitados" nos seus participantes, isto é, não metem em causa as duas superpotências, pelo menos abertamente; "Limitados" na localização, e, por conseguinte, tendo mais um caracter regional; "Limitados" nos meios empenhados, ainda que estes sejam cada vez mais sofisticados face à proliferação de armamentos; "Limitados" quanto aos seus objetivos e que não visam o aniquilar puro e simples do adversário.

> "Quanto mais os militares planeiam na base do aniquilamento do inimigo mais os políticos recuam ante os riscos de emprego de qualquer ação militar…

Características da Guerra Limitada

Não havendo uma definição de Guerra Limitada geralmente aceite por estrategas e pensadores sobre defesa, recorremos a Osgood, Kissinger, Brodic, Halperin, Deitchman que produziram um certo número de princípios e conceitos dos quais se pode retirar um consenso sobre o que se entende por Guerra Limitada.

Sumariamente pode afirmar-se que a Guerra Limitada é caracterizada por:

Domínio e Controlo Político do Instrumento Militar; (Principio da Primazia Política); Objetivos Limitados; Economia de Força; Adequabilidade dos meios aos objetivos limitados.

Aceitação Voluntária de Regras do Conflito (Autoimpostas) de que se destacam:

Desenvolvimento e comunicação entre os beligerantes, de regras explicitas ou implícitas do conflito; Ausência de confronto direto entre superpotências; Não ao emprego de armas nucleares ou apenas táticas ou de teatro; Delimitação geográfica do conflito; Invocação de direitos legalmente justificáveis e coletivação da guerra; Mobilização limitada; Restrição no uso da arma psicológica; Estratégias militar e de negociação; Introdução de terceiros como mediadores e observadores; Envolvimento de Organizações internacionais; Limitação da Violência; Limitação da Duração e Resposta Flexível baseada num largo espectro de capacidade e num desejo de evitar a escalada.

Domínio e Controlo Político do Instrumento Militar (Poder militar como instrumento da política externa).

A guerra não é um fim em si mesma; é um instrumento da política. Esta uma máxima base de políticos, cientistas militares e moralistas. No entanto, é notório que o instrumento militar tende a escapar ao controlo e prosseguir os seus próprios fins. Estes fins podem não ser justificados pelos fins políticos.▶

O corolário do principio da primazia da política é o controlo do instrumento militar pelo leader civil do país.

Nas democracias Ocidentais a total supremacia civil é determinada pela constituição. No entanto o principio da primazia política deveria ser seguido nos países em que os militares exercem a máxima autoridade. Uma Guerra Limitada é aquela em que os fins políticos determinam sempre os meios militares a utilizar e na qual a autoridade civil controla o uso do instrumento militar. Esta é a primeira e mais importante premissa da Guerra Limitada.

Objetivos Limitados

Robert Osgood ao referir-se à limitação dos objetivos assinala que a autoridade política deverá trabalhar diligentemente para colocar limites nos objetivos políticos da guerra e, além disso, os leaders das nações deverão informar o inimigo da natureza limitada dos seus objetivos. Daí se evitar o perigo de uma acção-reacção em cadeia que poderia rapidamente conduzir a elevados custos e bastante superiores ao valor dos objetivos.

Mas terá que haver o cuidado de «não restringir os objetivos simplesmente com o propósito de limitar o nível de violência. Pelo contrário, se o objetivo é suficientemente importante, a nação deverá ter a coragem de recorrer às armas com todos os custos e riscos envolvidos. Por outro lado, refere que não se pode ser muito rígido no relacionamento entre os objetivos políticos e as necessidades militares. Mantendo como absolutamente válido o principio da subordinação dos objetivos militares ao decurso e propósitos da acção política assinala: "Subordinar as operações militares e considerações políticas pode significar o sacrifício do sucesso militar indispensável para atingir um mais amplo objetivo nacional. Assim, na prática, as necessidades militares e a sorte da guerra podem determinar a possibilidade de escolhas políticas, e a subordinação de certas considerações políticas às necessidades militares pode ser a condição necessária para evitar a derrota".

Os objetivos na guerra, particularmente nos tempos modernos podem tornar-se ilimitados ou nunca atingidos. Por outro lado, ideólogos podem transformar objetivos ideológicos em objetivos de guerra. É o que sucede aos que prosseguem uma utopia distante: Não havia aparente limite nos objetivos de Hitler; Os objetivos revolucionários de estados comunistas ou de outros actores do comunismo internacional são potencialmente tão extensos como opostos à limitação. A estas questões, o pensamento moderno de Guerra Limitada responde que a guerra moderna é demasiado perigosa e destrutiva para permitir um jogo ilimitado, mesmo no prosseguimento de uma causa justa. E tal pensamento concretiza um conceito de proporcionalidade entre o bem e o mal prováveis resultantes da guerra.

As teorias e políticas de Guerra Limitada concluem que nenhum bem provável é proporcional ao mal ilimitado da guerra total, pelo que se torna importante conhecer tanto a doutrina tradicional da Guerra como a teoria e a prática da moderna Guerra Limitada. Afinal o que é importante é privar o inimigo de algo que ele só poderá reaver fazendo a paz.

Economia de Forças e Proporcionalidade

A economia de forças é um dos princípios básicos reconhecidos pela ciência militar. Estreitamente relacionado com o principio do Objetivo e com o principio da massa, o principio da economia de forças reflete o facto de que os recursos dos beligerantes não são ilimitados e tem alguma relação com o principio normativo da proporção entre os fins e os meios. No caso, por exemplo, da política de bombardeamento estratégico dos aliados na 2.ª Guerra Mundial uma critica militar poderia concluir que a atribuição de meios à Força Aérea foi desproporcionada à necessidade da contribuição do bombardeamento estratégico no esforço de guerra.

A Guerra Limitada dá enfase ao Principio da Economia de Forças. Em Guerra Limitada o objetivo ilimitado de causar o máximo de danos possíveis ao inimigo é posto de parte. Cada aplicação do poder militar deve ser adaptada a um objetivo militar específico, face a objetivos políticos específicos.

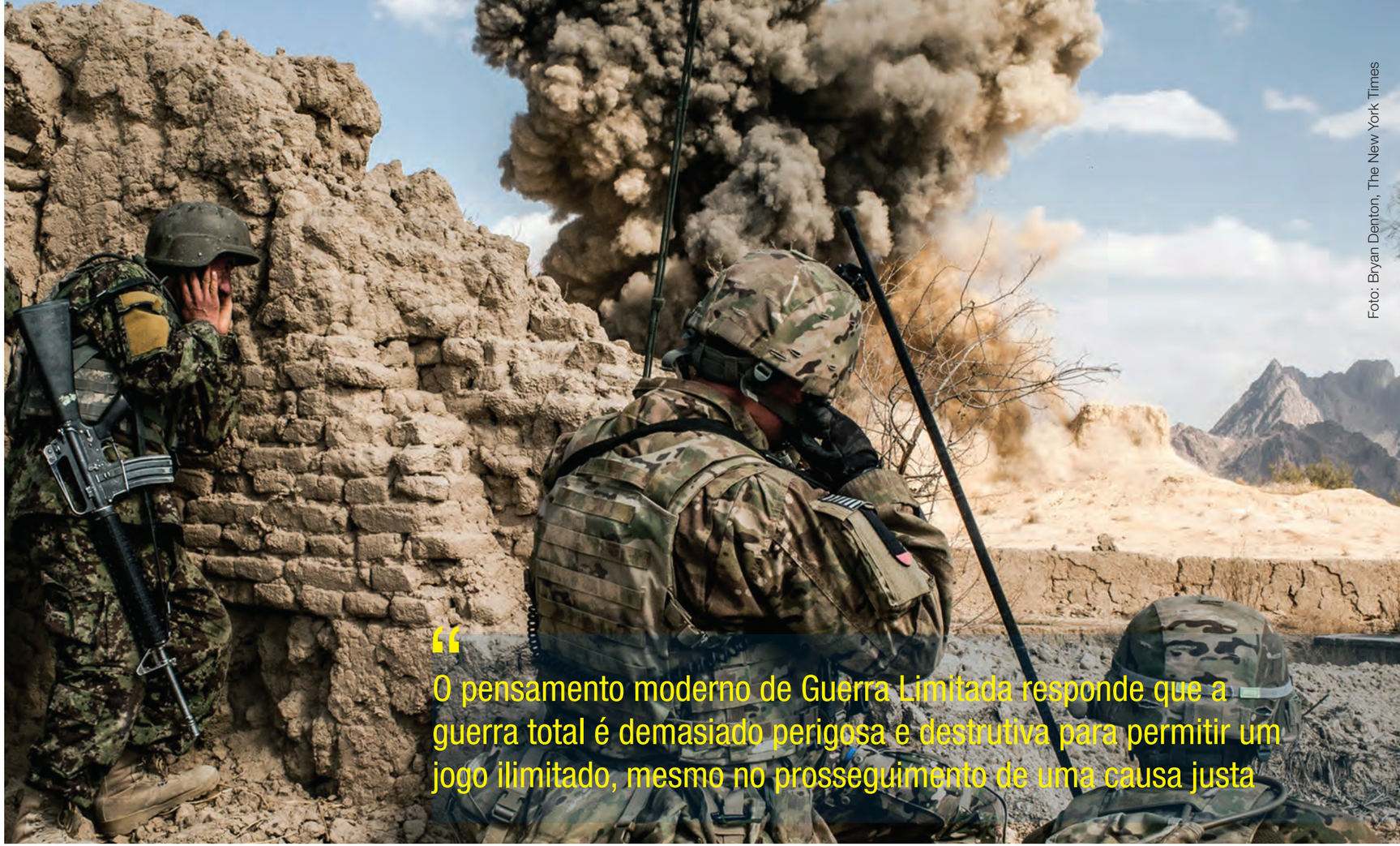


Foto: Bryan Denton, The New York Times

Regras do Conflito Voluntariamente Aceites

Comunicação Entre Beligerantes - Quando uma Guerra Limitada, está para ser travada com meios limitados tendo em vista objetivos limitados, algumas relações entre os beligerantes são necessárias de modo a que tais limites possam ser explicitamente ou implicitamente propostos. Desde que a guerra e a continuação da política por outros meios, a relação política existe entre os beligerantes. E se ambos os lados estão envolvidos numa Guerra Limitada há necessidade reciproca de expressão, preferências acerca das formas de limitação a serem observadas. A necessidade de comunicação para propor e aceitar limites pode ser directa e explicita ou indirecta e implícita. Como sugeriu Schelhing "um negócio" acerca dos limites do conflito pode ser desenvolvido entre os beligerantes.

Um estado pode propor limites anunciando-os abertamente ou seguindo politicas de abstenção que indicam que certos meios não serão empregues. 0 Inimigo pode reciprocamente responder com aceitação aberta dos limites acordados através de abstenções da sua própria parte. Por outro lado, Halperin tem defendido que os limites podem ser inteiramente auto impostos e unilaterais. Podem mesmo envolver meios ou opções não disponíveis pelo inimigo.

No entanto como já se disse os limites podem ser impostos por diversas razões não tendo muito a ver com um esforço consciencioso no desenvolvimento de regras do conflito, que limitem a natureza da guerra e desencorajem as tendências de escalada.

Ausências de Confrontação Direta de Superpotências - É difícil imaginar uma confrontação directa séria entre superpotências que não produzisse um inaceitável risco de estratégia de guerra nuclear. Assim o elevado número de Guerra Limitada desde a 2.ª Guerra Mundial tem sido caracterizado por esforços vigorosos e contínuos de ambas as potências para evitar tal confrontação. A extremamente limitada guerra conduzida pelos EUA na crise de Cuba em 1962, confirmou que nenhuma das Superpotências estava interessada em rever o acordo não escrito de evitar confrontos diretos entre si. Por outro lado, a política dos EUA de dissuasão graduada e resposta flexível veio desmentir a inevitabilidade de uma estratégia de guerra nuclear quando e onde os EUA e URSS surgissem num conflito hostil directo.

Limites no uso de Armas Nucleares - A regra mais evidente na Guerra Limitada contemporânea é a de não ser o primeiro a usar armas nucleares. É hoje largamente aceite que o limiar nuclear é a mais clara e séria origem da limitação da guerra moderna. A tentação de ultrapassar este limiar foi sustida quer na guerra da Coreia quer no Vietname e têm-se mantido até hoje. No entanto e importante dizer que o consenso de pensadores que se têm debruçado sobre o problema da guerra nuclear limitada é decididamente pessimista ▶

Benjamin Netanyahu, Mahmoud Abbas, George J. Mitchell e Hillary Clinton no início das conversações diretas no dia 2 de Setembro de 2010.

quanto à possibilidade de manutenção de limiares viáveis uma vez que as armas nucleares tenham sido usadas.

Conflito em área Geográfica Limitada - Atribuir limites geográficos a conflitos secundários tendo em vista evitar uma confrontação directa das superpotências e uma guerra nuclear e mais um dos princípios da Guerra Limitada moderna. Uma das mais deploráveis características da Primeira e Segunda Guerra Mundiais foi a forma epidémica como se expandiram. As limitações geográficas dos conflitos modernos, ainda que alguns estados próximos se transformem em Santuários (Cambodja ex.) representam um decidido sucesso nos esforços da Guerra Limitada.

O confinamento geográfico é um dos mais explícitos sinais de intenção de fazer uma Guerra Limitada. Ela pode tornar-se um símbolo de abstenção da guerra nuclear e um verdadeiro desejo de manter um conflito limitado. O ímpeto para esta limitação quanto ao local (ou geográfica) têm em vista manter o conflito localizado em ordem a minimizar riscos de aumento do número de participantes. Dando clara indicação da intenção de manter o conflito dentro de limites específicos é também o controlo mais fácil de estabelecer. Precauções deverá haver quando a luta incluir o uso de Santuários ou linhas exteriores de apoio. As acções nessas áreas devem ser consideradas e quando o seu valor aumenta o potencial inimigo e os riscos para o atacante, devem ser atacadas. Por outro lado, quando um ataque tem alta probabilidade de induzir outras nações a acções de retaliação de elevadas consequências para o atacante, tais medidas não devem ser tomadas.

Justificação Legal e Coletivação da Guerra - Usualmente, a justificação para o recurso à força deverá ter a forma de defesa de objetivos individuais e coletivos complementada por invocações de acordos de segurança regional.

Para dar credibilidade a estes objetivos são feitos vigorosos esforços para envolver um certo número de aliados que contribuem para o esforço de guerra comum. O modelo é o de "UN police action" na Coreia.

Mobilização Limitada - É em parte função dos objetivos limitados da Guerra Limitada. Por outro lado, a mobilização limitada é normalmente uma necessidade política tendo em vista garantir o apoio da população que considera não ser a guerra o último teste de sobrevivência nacional e/ou de interesses vitais que justifiquem a guerra. A mobilização limitada é justificada também por necessidades económicas as quais podem porventura ser ignoradas numa Guerra Total mas que não o podem ser numa Guerra Limitada.

Restrições no Campo Psicológico - Na guerra total moderna o instrumento psicológico tem sido utilizado para apoiar os objetivos de guerra dos beligerantes e a sua conduta, é para "pintar" o inimigo. Os estados comunistas preferiram o seu uso nas chamadas "campanhas de ódio". Nos limites da tolerância democrática e direitos constitucionais os US e os aliados ocidentais têm-se envolvido em exercícios em que existe oficialmente uma animosidade organizada frente ao inimigo e uma solidariedade com o esforço da guerra. Estes excessos tornam muito difícil a manutenção de limites quanto aos fins e quanto aos meios da guerra e a vontade de terminar um conflito sem "vitória". A espécie de racionalidade clássica que está na base da Guerra Limitada e em última análise insatisfatória para populações que crescem acostumadas a guerras totais contra inimigos totais. Como acontece com as outras regras do conflito o facto de se refrear o instrumento psicológico assinala a intenção de manter uma Guerra Limitada.

Combater e Negociar - Uma evidência concreta da disposição geral dos inimigos em conduzir uma Guerra Limitada é a prática da negociação enquanto os combates continuam. Por vezes, tréguas são levadas a efeito enquanto se procede a negociações. Muitas vezes nas Guerras Limitadas modernas os combates continuam como parte de negociações e base de aprofundamento das posições a negociar. Um meio termo nesta versão de "combater e negociar" é um reduzido nível de actividade nas frentes de combate. Esta estratégia inicialmente adotada com beligerantes comunistas, pode ser muito difícil de adotar pela parte que tenha uma Sociedade crítica e aberta. As tropas naturalmente não gostam de combater quando a guerra pode terminar -sem vitória- a qualquer momento. É duro para os Comandantes ordenar operações extremamente limitadas e ter baixas simplesmente para reforçar a posição dos negociadores. No entanto a prática de combater e negociar é seguramente a marca da Guerra Limitada moderna, não obstante os custos em termos de tempo e frustração.

Apoio de Terceiros - Organização Internacionais - Frequentemente partes de uma Guerra Limitada tornam-se uma terceira parte mais ou menos neutral, incluindo organizações internacionais para ajudar a terminar ou limitar o conflito. Está porem, provada a dificuldade de encontrar terceiros que sejam aceites por ambos os lados. Na Guerra da Coreia, onde os EUA eram uma beligerante formal, os estados comunistas questionaram a objetividade do Comité Internacional da Cruz Vermelha e experiências com comissões *ad hoc* geralmente falharam. A questão de terceiros como intermediários tem continuado em recentes Guerras Limitadas. Para além da ajuda que tais partes podem fornecer, há, uma vez mais, uma simbólica importância na introdução de terceiros como mediadores, já que constitui uma indicação do desejo de manter o conflito limitado e a terminar o mais cedo possível.

Limitação da Violência - Os estrategas dão relevo a este tipo de limitações afirmando que através de um controlo do armamento nuclear a guerra pode ser evitada. Bernard Brodic afirma que enquanto houver uma relação entre os objetivos e o nível de violência, é restringindo o nível de violência - meios de fazer a guerra que se tem o maior impacto na redução do grau de verosimilhança de uma escalada não controlada ou não desejada. Segundo Lincolm Bloomfield e Amélia Leiss em "Controlling Small Wars" a principal finalidade da Guerra Limitada, na era nuclear, deverá ser minimizar o nível de violência. E Henry Kissinger, em "Problems of National Strategy", escreve: "No passado o maior problema dos estrategas era reunir força superior; no período contemporâneo, o problema mais frequente é como disciplinar o poder disponível relativamente aos objetivos provavelmente em disputa".

Limitação da Duração (Tempo) - Esta limitação pode ser desenvolvida em diversas formas: O mais obvio é um oponente tentar rapidamente atingir os seus objetivos antes do outro ter tempo de reagir ou antes dos seus próprios apoios e economia falharem. Exemplo disso foi a guerra Israelo-Árabe de 1967. Contrariamente a outros métodos de limitação do conflito, a variante tempo não obriga necessariamente à notificação do oponente (Normalmente, limitação de objectivos), normas e local poderão ser comunicados ou transmitidos ao inimigo). A Limitação da duração pode também ser englobada em conexão com o uso da força no processo de negociação.

Pode ainda ser aplicada quando uma parte deseja punir a outra por cometimento de certos actos (Ação sobre cidade desrespeitando entendimento superior que justifica acção de punição de curta duração). É o que Thomas Schelling denomina de "Violência Diplomática".

Resposta Flexível - Resposta flexível com base num largo espectro de capacidades e desejo de evitar a escalada é sumariamente o fundamento operacional da Guerra Limitada.

Uma vez que qualquer variação da estratégia de retaliação maciça é inaceitável como conceito básico de defesa os EUA e seus aliados devem procurar encontrar uma grande variedade de níveis de intensidade apropriados à Guerra Limitada na qual com uma adequada defesa poderão garantir a resposta flexível concebida pelos EUA.

À la minute...

Foi épica a viagem no Vera Cruz, desde Lisboa até Luanda.

Empoleirado na amurada da popa do navio, Ismael dobrou em quatro o lenço branco, certificou-se que ninguém estava a observar e beijou a ponta onde estavam bordadas a linha azul forte, duas letras, «A» de Adosinda e «I» de Ismael.

Nunca lhe explicaram por que lhe deram aquele nome, quando todos os ganapos da idade dele eram João, Joaquim ou Manel. Também nunca se importou muito com isso. Aprendeu que o seu nome deveria ser qualquer coisa parecida com um assobio, pois era assim que o pai o chamava, na hora da merenda quando andava com as botas enterradas na lama, atrás da rabiça do arado.

A vida corria mansa, dura, mas mansa.

Agora ia para a guerra, enfiado numa realidade toda desconhecida para ele. O mar, que nunca antes tinha visto, os cheiros, o choro breve dos camaradas, o incerto do amanhã, e aquela certeza de voltar.

«Havemos de casar Adosinda», foram as suas últimas palavras, antes de subir a escada de embarque, não sem antes deixar nas mãos da prometida um quadradinho pequenino, picotado à volta, com um mancebo de ar sério no meio. Adosinda guardou a foto, a preto e branco, junto ao peito e baixou os olhos, como sempre fazem as raparigas da terra. Quando os abriu, desfiando as contas do rosário de pérolas brancas, Ismael tinha desaparecido naquele mar de homens, todos iguais, todos de verde. O Vera Cruz abriu as goelas uma última vez e lá foi arrastando atrás de si, uma esteira de espuma branca. Lisboa era já só um ponto de luzes. Em silêncio, foram todos para dentro, ao encontro do destino.

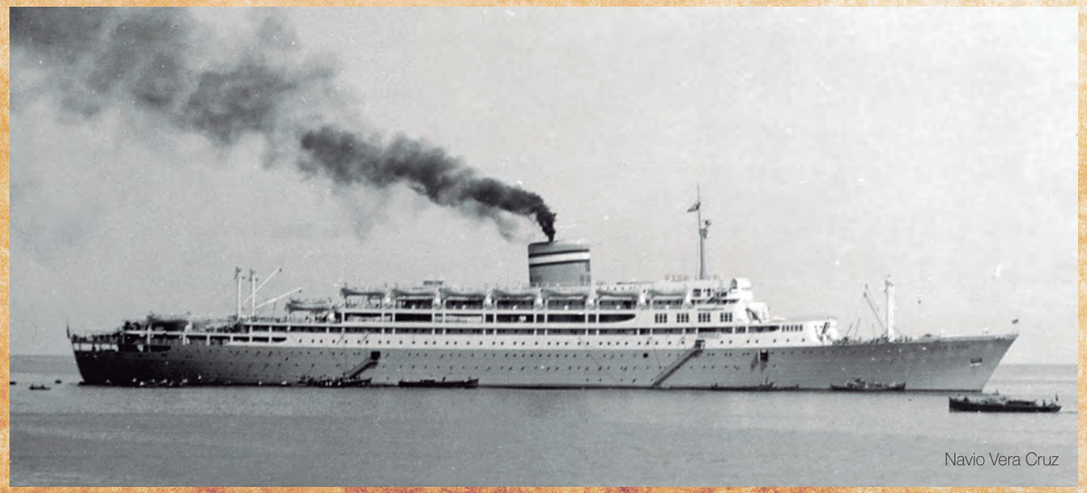
Ismael escolheu o beliche onde iria dormir nos dias de viagem e, após dois dias a vomitar as tripas com o enjoo, adaptou-se ao navio, aos camaradas, aos empregados e até aderiu ao desporto favorito a bordo: o jogo da lerpa onde, surpreendentemente, ganhou uns cobres. Ao terceiro dia, pela tardinha, a voz do imediato fez-se ouvir no altifalante, recomendando que fechassem as janelas, porque iriam navegar com vento quente e as janelas abertas deixavam sair o ar condicionado. Ficava um calor danado, Sentado à mesa de jogo, Ismael, de cartas na mão olhou em redor e copiou o olhar dos camaradas: «ar condicionado? Que raio seria aquilo?».

Valeu o oficial de dia, que descendo ao porão, explicou o que se passava, mandou fechar as janelas e, milagre, não havia calor, antes uma brisa fresca que vinha desse tal «ar condicionado». Muitos foram os argumentos que se trocaram e a verdade é que, no dia seguinte, os enfermeiros de bordo não tiveram mãos a medir, a distribuir antipiréticos ao pessoal todo constipado.

Mais dois dias de viagem e, pela tardinha, o pessoal de bordo, abriu a banca, estendendo pelo balcão do bar, um sortido de óculos de sol, máquinas fotográficas, canetas, peças de bambu que nunca ninguém percebeu para que serviam, mas que lá foram desaparecendo com alguma facilidade, já que o pessoal estava «endinheirado», pelo pré, ou pela lerpa e os preços eram convidativos sendo o produto, da «maior qualidade», adquirido em Las Palmas, nas melhores casas da especialidade.

Ao Ismael, grudaram-se-lhe os olhos numa Canon FX, que ele não sabia o que isso queria dizer, mas que, ao fim de dez minutos de explicação do cozinheiro, que estava a vender aquela pechincha, já se sentia um foto-repórter.

E depois – pensou Ismael – depressa teria a máquina paga, a vender retratos aos camaradas. E assim foi. O resto da viagem, foi foto para aqui, encomendas,



Navio Vera Cruz

pagas adiantadas, para ali e os bolsos do Ismael cresciam a olhos vistos. Não via a hora do desembarque e o trote para a casa fotográfica mais perto, para revelar as fotos e entregar aos clientes. Foi o que aconteceu.

Logo ali na marginal, perto do porto, onde gemia no cordame o Vera Cruz, a casa Amadeu, prometia revelar os rolos que o Ismael entregou, em 24 horas.

Fosse lá no dia seguinte levantar o produto, mas pagasse já metade, que o Amadeu já estava muito escaldado com a tropa. Feito o negócio, Ismael trepou para o comboio que o levaria ao Grafanil. Nem dormiu direito, a pensar na massa que ia ganhar, até que se fez dia. A formatura para receber o camuflado e a arma, estava marcada para o meio-dia. Dava tempo. Logo pelas sete da manhã, apanhou boleia na caixa de uma Mercedes militar e rumou à Mutamba, dali à casa fotográfica era um saltinho e lá foi. Seriam oito da manhã, com o sol já a torrar as costas, quando o Amadeu apareceu, lá de dentro, a abrir a porta. Olhou para o Ismael com um ar grave, que deixou o rapaz com um nó na garganta e, apontando para um canto do balcão disse «'tá ali, lindo trabalho!».

Ismael precipitou-se para o maço de fotos em cima do balcão e, louco de felicidade, começou a abrir os envelopes.

Nem uma – rosnou o Amadeu. Estavam lá as fotos todas, mais de sessenta, mas todas pretas. Nem só uma para amostra. Deve ter sido do flash – admitiu o Ismael. E ficou ali, mudo, a olhar para o Armando e este a olhar para ele, já com o suor africano a correr pela testa dos dois. O Armando, com pena do rapaz, sugeriu um café. Sem responder, Ismael abanou a cabeça que parecia, de repente, pesar uma tonelada. Foi então que o Amadeu sentenciou: «a máquina não tem lente, você foi enganado.

O que está aqui é um vidro de plástico»! Ismael não se enfiou pelo chão adentro, porque não havia ali nenhum buraco. O Amadeu, com pena do nosso fotógrafo «à lá minute», só lhe cobrou o papel gasto e com uma piedosa palmada nas costas aconselhou: «veja se o Vera Cruz ainda ali está e dê uns bons abanões a quem lhe vendeu essa porcaria». Foi o que o Ismael fez. Em grande correria, a suar por todos os lados, galopou para o porto, ainda a tempo de ver o Vera Cruz a sair da barra. Porra, que é preciso ter muito azar!

HF C

AS FORÇAS ARMADAS
na prevenção e combate à COVID-19

De repente, por via da pandemia, o país descobriu que tem Forças Armadas e para que servem, na verdade, para além dos desfiles e dos destacamentos nos conflitos africanos. Diariamente, vimos militares a erguer hospitais de campanha, equipas de especialistas a desinfetarem escolas e lares, instalações militares em prontidão para receberem e tratarem doentes, um laboratório militar a produzir medicamentos, num milagre de multiplicação de meios que ninguém suspeitava que existissem. Tudo isto, cai sobre os ombros de um homem, o Almirante Silva Ribeiro, Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, um reconhecido amigo da Liga dos Combatentes.

Hélder Freire

Na verdade, o Almirante Silva Ribeiro, acaba de colocar o sistema de saúde do EMGFA disponível para os associados da Liga no âmbito do Coronavírus. Importante tem sido também o apoio dado aos programas da Liga dos Combatentes, nomeadamente, no centenário do Armistício, nas cerimónias de homenagem aos combatentes das Operações de Paz, no apoio à construção do Monumento aos Combatentes das Missões de Paz e na recuperação em Timor do Monumento e Cemitério de Aileu, cerimónias para que convidou o Presidente da Liga. Estava igualmente previsto o apoio para a recuperação do Monumento no Cemitério de Boulogne-sur-Mer, em França, que ficou suspenso pelo aparecimento da Pandemia. O Almirante Silva Ribeiro, que por iniciativa própria visitou a sede da Liga tem assim estabelecido uma relação de permanente apoio à Liga dos Combatentes de forma concreta, amiga e objetiva. São, portanto, numerosas as razões que nos levaram a solicitar uma entrevista, que foi prontamente concedida.

Almirante Silva Ribeiro - *A pandemia da COVID-19 apanhou-nos a todos de surpresa, exigindo das Forças Armadas uma resposta imediata e dirigida às principais preocupações dos portugueses, garantindo, ao mesmo tempo, a proteção dos nossos militares e a continuação de missões indispensáveis, em Portugal e no estrangeiro. Este primeiro impacto da pandemia constituiu, de facto, um verdadeiro teste à nossa capacidade de planeamento, prontidão e flexibilidade para minimizar os efeitos de um inimigo inesperado, desconhecido e insidioso.*
A dupla preocupação em garantir, por um lado, a prevenção do contágio e a preservação da saúde dos militares e, por outro, a resposta às necessidades do país, determinou a visão que presidiu à intervenção das Forças Armadas: Prevenir - Preservar - Responder.

Combatente - **Mesmo assim, e neste contexto, poucos portugueses esperavam uma reação tão rápida das Forças Armadas. Não terá sido fácil?**

CEMGFA - *Neste enquadramento, e tal como acontece em qualquer operação militar, tivemos de começar com uma análise da situação, essencial para conhecer o inimigo, antecipar a evolução da crise e formular a estratégia de resposta, definindo prioridades de atuação.*
Posteriormente, focámos a nossa atenção num rigoroso planeamento, o que nos tem permitido conduzir as ações no terreno com grande eficácia, contribuindo para a segurança sanitária e para o bem-estar da população, através do apoio a um leque alargado de entidades, como: Os Ministérios da Defesa Nacional, da Educação, da Justiça, dos Negócios Estrangeiros, da Saúde, e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; O Serviço Nacional de Saúde (SNS); A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC); A Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia Judiciária (PJ), a Polícia de Segurança Pública (PSP), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e o Serviço de Informações da República Portuguesa (SIRP); Mais de 140 Câmaras Municipais; A Liga dos Combatentes e a Santa Casa da Misericórdia.

> Este primeiro impacto da pandemia constituiu, de facto, um verdadeiro teste à nossa capacidade.

C - **Vimos militares por todo o lado, vinte e quatro horas por dia. Como reagiram esses militares, não recearam ser contaminados?**

CEMGFA - *Para manter os elevados padrões de prontidão, disponibilidade e empenhamento operacional das Forças Armadas, foi necessário decidir e agir com grande rapidez, no sentido de prevenir o contágio dos nossos próprios militares. Por isso, ainda antes dos primeiros casos positivos se registarem em Portugal, foram suspensas viagens, cerimónias, ações de formação, treino e exercícios militares, e iniciado o aprovisionamento suplementar de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Conscientes da importância de conhecermos o nosso inimigo para conseguirmos combatê-lo com sucesso, criou-se um Gabinete de conhecimento da COVID-19, na Direção de Saúde do EMGFA, que se dedica a recolher, a analisar e a disponibilizar a evidência científica relevante para a tomada de decisão.*
No essencial, este órgão ad-hoc tem confirmado um preceito estratégico fundamental, enunciado por Sun Tzu no séc. IV A.C.: "Se conheceres o teu inimigo e te conheceres a ti próprio, não deves recear o resultado de cem batalhas".

C - **É aqui que entra uma verdadeira ação de *tricot*, convocando todas as valências das Forças Armadas?**

CEMGFA - *Em paralelo com aquelas medidas de prevenção imediatas, foi estabelecida uma organização funcional para a crise e foram emanadas as orientações estratégicas para a elaboração dos planos de contingência do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), da Marinha, do Exército e da Força Aérea.*
Estes planos determinaram, entre outras ações, a adaptação dos processos de decisão e a ativação de células de crise para a monitorização permanente da situação e o aconselhamento, tendo em vista a proteção sanitária do pessoal, incluindo das Forças Nacionais Destacadas em diferentes pontos do globo. Além disso, os planos conduziram ao reforço do Hospital das Forças Armadas (HFAR) com pessoal dos Ramos, com a montagem do agrupamento sanitário do Exército e com a implementação de novos procedimentos de separação de áreas de tratamento COVID-19 e não- COVID-19, que o tornaram num hospital seguro. Este conjunto de medidas de âmbito interno tem-se revelado bastante eficaz, pois permitiu limitar o número de militares infetados com o novo coronavírus, não afetando as operações militares em curso, nem a capacidade de resposta.

C - **Passado este maior embate, As Forças Armadas passaram a ter menor visibilidade, mas estiveram, por outro lado, mais próximas das populações, como foi o caso da distribuição de comida, que mobilizou tantas pessoas da sociedade civil.**

CEMGFA - *Com efeito, os órgãos do EMGFA e os meios da Marinha, do Exército e da Força Aérea têm vindo a contribuir com as suas competências e capacidades, nas áreas do planeamento e organização,* ▶

Foto: Daniel Rocha

logística e apoio sanitário, que estão especialmente preparadas para serem empregues em cenários de crise, como o que vivemos na atualidade. Assim, no âmbito do planeamento e organização, destaca-se: A identificação e gestão, pelo EMGFA, de cerca de 8 000 de voluntários da Família Militar, de todos os pontos do país, que generosamente se disponibilizaram para apoiar as atividades das Forças Armadas, do SNS e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS nos centros de acolhimento de doentes;- O apoio na elaboração do plano de operações para a ativação e a operacionalização do Hospital de Campanha da Cidade Universitária de Lisboa, por outro grupo de oficiais do Instituto Universitário Militar, em conjunto com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, os Hospitais Centrais de Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa e a Universidade de Lisboa; O apoio aos cinco Secretários de Estado nomeados como Coordenadores Regionais do combate à pandemia por COVID-19, através de oficiais do Instituto Universitário Militar que contribuem para a coordenação de atividades nas diferentes regiões do país.

C - Tudo isso requer uma logística quase de guerra…

CEMGFA - *Ao nível da logística, salienta-se: O repatriamento de 23 cidadãos portugueses, por meios da Força Aérea; O transporte de doentes para Portugal Continental e inter-ilhas, no arquipélago dos Açores, pela Força Aérea; A criação de 11 centros de acolhimento de doentes, em unidades militares dos três Ramos, para apoio ao SNS e ao MTSSS, dos quais dois estão em funcionamento: no Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea, na Ota, onde foram acolhidos 171 cidadãos estrangeiros (a maior parte infetada com COVID-19); e no Regimento de Infantaria N.º 1, em Tavira, onde foram recebidos sete cidadãos estrangeiros; O transporte de cerca de 10 toneladas de medicamentos e EPI para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, assegurado pela Força Aérea; A distribuição de material proveniente de doações realizadas ao SNS, para a qual foi ativado, no EMGFA, o Centro Logístico Conjunto das Forças Armadas.*

No âmbito desta ajuda, a Marinha e o Exército já realizaram 28 ações de transporte e distribuíram 12 toneladas de material; O apoio da Marinha e do Exército aos sem-abrigo, através da distribuição de 5 000 máscaras, oferecidas pelo Bispo das Forças Armadas e Capelães Militares, e de cerca de 1 500 refeições por dia, em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia e a Câmara Municipal de Lisboa, bem como no apetrechamento dos centros de acolhimento dedicados aos cidadãos mais desfavorecidos, nos municípios do Funchal e de Tavira;

O alojamento de profissionais de saúde do SNS em unidades militares, da Marinha e do Exército; A montagem de Hospitais de Campanha e Postos Médicos Avançados, através da disponibilização, pelos três Ramos, de mais de 6 000 camas e 85 tendas ao SNS, à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, à PSP e a diversos municípios; O armazenamento e a distribuição de artigos da reserva estratégica de medicamentos e EPI, pelo Laboratório Militar do Exército em apoio ao SNS; O apoio dos três Ramos à reabertura de escolas, num trabalho de sensibilização, desinfeção demonstração dos respetivos procedimentos, assim como na distribuição de EPI e gel desinfetante a 537 escolas do país, em colaboração com o Ministério da Educação.

> Foi necessário decidir e agir com grande rapidez, no sentido de prevenir o contágio dos nossos próprios militares.

C - Vimos também equipas de militares a atuar junto a lares de idosos.

CEMGFA - *No âmbito do apoio sanitário, está a atuação em lares de idosos, através do acolhimento, no HFAR-Polo do Porto, de 57 idosos provenientes de lares de Vila Real, Famalicão e Albergaria-a-Velha (a maioria infetada com COVID-19), de 20 idosos acamados de um lar de Matosinhos, além da realização de ações de desinfeção noutros lares, pela Marinha e Exército; O tratamento, no HFAR-Polo do Porto, de doentes do SNS provenientes do Hospital de Braga (16utentes de hemodiálise) e do Hospital Pedro Hispano de Matosinhos (6 idosos infetados com COVID-19); O tratamento, na Unidade de Saúde de Évora do Exército, de 9 doentes do SNS (não-COVID-19) provenientes do Hospital do Espírito Santo de Évora; A disponibilização dos serviços do HFAR relacionados com a COVID-19 aos funcionários do MDN, SIRP, GNR, PSP, PJ e SEF; A criação, no EMGFA e no HFAR, de linhas de apoio telefónicas, para esclarecimento de dúvidas, triagem, apoio psicológico e aconselhamento clínico pediátrico, disponível para todos os militares ,militarizados e civis das Forças Armadas, no ativo, na reserva e na reforma, bem como à Família Militar.*

A linha COVID-19 das Forças Armadas foi, também, disponibilizada às entidades acima referidas, bem como à Liga dos Combatentes; A realização, pelo Exército, de ações de desinfeção em diferentes centros de saúde, viaturas de emergência médica e respetivos tripulantes, em apoio ao SNS; A disponibilização da capacidade laboratorial do Exército para a realização diária de 50 testes ao COVID-19 e a produção diária de 4 000 litros de gel desinfetante, em apoio ao SNS; A colaboração do EMGFA e dos três Ramos com diversas entidades no desenvolvimento de projetos de inovação na área da saúde, nomeadamente, ventiladores de baixo custo para doentes internados, câmaras de descontaminação portáteis, viseiras, máscaras com ventilação forçada, fatos integrais e sobre botas impermeáveis para a proteção dos profissionais de saúde. A diversidade, a quantidade e a utilidade das ações anteriormente elencadas, evidenciam a flexibilidade e a prontidão das Forças Armadas e o seu papel relevante neste esforço global, que uniu e mobilizou todos os portugueses. Com efeito, sem nunca deixarem de cumprir as missões de defesa nacional, em Portugal e além-fronteiras, as Forças Armadas estão empenhadas, de forma ▶

Força Aérea

Marinha

Exército

abnegada e competente, na resposta nacional a esta emergência de saúde pública, que tanto afetou a economia, o normal funcionamento das instituições e o modo de vida da nossa sociedade. E de outra forma não poderia ser, porque a razão de existir das Forças Armadas é apenas uma: Servir Portugal e os Portugueses, com brio e relevância! Atualmente começam a surgir sinais que nos dão esperança e alento para vencermos esta pandemia. Todavia, como referiu Winston Churchill, após uma das batalhas conquistadas pelos britânicos aos alemães, em 1942: "Isto não é o fim. Nem mesmo o princípio do fim. Mas é, talvez, o fim do princípio."

Quando no início desta crise fomos apanhados de surpresa, tivemos de decidir com grande rapidez, aprendendo enquanto reagíamos.

Agora que sabemos melhor como combater este inimigo insidioso, estou plenamente convicto que, cumprindo as regras sanitárias e mantendo a postura solidária e colaborativa que tem pautado a atuação das Forças Armadas, iremos continuar a responder a esta pandemia com toda a coragem e determinação, contribuindo para que o país possa regressar à normalidade tão breve quanto possível.

> "Se conheceres o teu inimigo e te conheceres a ti próprio, não deves recear o resultado de cem batalhas.

WIDEX
ESPECIALISTAS
EM AUDIÇÃO

NOVO WIDEX **MOMENT**™

O MAIS DISCRETO APARELHO AUDITIVO **RECARREGÁVEL** DO MUNDO

MARQUE UMA **CONSULTA DE ACONSELHAMENTO AUDITIVO GRATUITA**

Descubra o que pode esperar de WIDEX MOMENT™ :

- Um aparelho com um som tão natural que se esquece que o está a usar.
- Mais de 20 horas de utilização.
- Inteligência artificial inovadora que conduz a uma melhor e mais personalizada experiência auditiva.
- Conectividade sem fios ao seu telemóvel.

BENEFICIE DA PARCERIA LIGA DOS COMBATENTES/WIDEX*

• 20% DE DESCONTO NUM PROGRAMA DE REABILITAÇÃO AUDITIVA

• 5 ANOS DE PILHAS | **• 4 ANOS** DE SEGURO

*A oferta de serviços varia consoante o Programa de Reabilitação Auditiva adquirido.
Não acumulável com outras campanhas, acordos e protocolos em vigor.

Nº verde gratuito
800 200 343
Dias úteis das 9h às 18h

www.widex.pt

LIGA DOS COMBATENTES

A Batalha de La Lys

Soldados portugueses na Batalha de La Lys (Operação Georgette de 9 de Abril de 1918)

A Batalha de La Lys deu-se a 9 de abril de 1918, no vale da ribeira de La Lys, setor de Ypres, na região da Flandres, em França. Nesta batalha, que marcou negativamente a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, os exércitos alemães infligiram uma pesada derrota tática ao Exército Inglês onde se encontrava integrado o Corpo Expedicionário Português (CEP)

A frente de combate distribuía-se numa extensa linha de 55 quilómetros, entre as localidades de Gravelle e de Armentières, guarnecida pelo 11.º Corpo Britânico, com cerca de 84 000 homens, entre os quais se compreendia a 2.ª divisão do Corpo Expedicionário Português (CEP), constituída por cerca de 20 000 homens, dos quais somente pouco mais de 15 000 estavam nas primeiras linhas, comandados pelo general Gomes da Costa. Esta linha viu-se impotente para sustentar o embate de oito divisões do 6.º Exército Alemão, com cerca de 55 000 homens comandados pelo general Ferdinand von Quast (1850-1934).

Essa ofensiva alemã, montada por Erich Ludendorff, ficou conhecida como ofensiva "Georgette" e visava à tomada de Calais e Boulogne-sur-Mer. As tropas portuguesas, em apenas quatro horas de batalha na madrugada e manhã de 9 de Abril, teriam registado milhares de baixas, entre mortos, feridos, desaparecidos e prisioneiros. De acordo com estudos recentes, porém, esses números estariam muito inflacionados. Segundo um autor, em La Lys ter-se-ão registado apenas 423 mortos portugueses (de um total de 2086 mortos do Corpo Expedicionário Português em 1917-1918) e cerca de 6000 prisioneiros. Outro autor refere apenas 300 mortos e 6000 prisioneiros portugueses em La Lys.

Entre as diversas razões para esta derrota tão evidente têm sido citadas, por diversos historiadores, as seguintes: A revolução de dezembro de 1917, em Lisboa, que colocou na Presidência da República o Major Doutor Sidónio Pais, o qual alterou profundamente a política de beligerância prosseguida antes pelo Partido Democrático; A chamada a Lisboa, por ordem de Sidónio Pais, de muitos oficiais com experiência de guerra ou por razões de perseguição política ou de favor político; Devido à falta de barcos, as tropas portuguesas não foram rendidas pelas britânicas, o que provocou um grande desânimo nos soldados. Além disso, alguns oficiais, com maior poder económico e influência, conseguiram regressar a Portugal, mas não voltaram para ocupar os seus postos; O moral do exército era tão baixo que houve insubordinações, deserção e suicídios; A grande diferença numérica entre as forças portuguesas e as alemãs; O armamento alemão era muito melhor em qualidade e quantidade do que o usado pelas tropas portuguesas o qual, no entanto, era igual ao das tropas britânicas; O ataque alemão deu-se no dia em que as tropas lusas tinham recebido ordens para, finalmente, serem deslocadas para posições mais à retaguarda; As tropas britânicas recuaram nas suas posições, deixando expostos os flancos do CEP, facilitando o seu envolvimento e aniquilação.

O resultado da batalha já era esperado por oficiais responsáveis dentro do CEP, Gomes da Costa e Sinel de Cordes, que por diversas vezes tinham comunicado ao governo português o estado calamitoso das tropas. No entanto, é de realçar o facto de a ofensiva "Georgette" se tratar de uma ofensiva já próxima do desespero, planeada pelo Alto Comando da Alemanha Imperial para causar a desorganização em profundidade da frente aliada antes da chegada das tropas norte-americanas, que nessa altura se encontravam prestes a embarcar ou já em trânsito para a Europa.

O objetivo do general Ludendorff no sector português consistia em atacar fortemente nos flancos do CEP, consciente que nesse caso os flancos das linhas portuguesa e britânica vizinha recuariam para o interior das suas zonas defensivas respetivas em vez de manterem uma frente coerente, abrindo assim uma larga passagem por onde a infantaria alemã se pudesse lançar.

Coerente com essa tática e para assegurar que os flancos do movimento alemão não ficassem desprotegidos, os estrategas alemães decidiram-se a simplesmente arrasar o sector português com a sua esmagadora superioridade em capacidade de fogo artilheiro (uma especialidade alemã), e deslocando para a ofensiva um grande número de efetivos como se explica acima, (nas palavras dos próprios: "Vamos abrir aqui um buraco e depois logo se vê!", o que também indicia o estado de espírito já desesperado do planeamento da ofensiva). Nestas condições, não surpreende a derrocada do CEP, que apesar de tudo resistiu como pôde atrasando o movimento alemão o suficiente para as reservas aliadas serem mobilizadas para tapar a brecha. Esta resistência é geralmente pouco valorizada em face da derrota, mas caso esta não se tivesse verificado a frente aliada na zona poderia ter sido envolvida por um movimento de cerco em ambos os flancos pelo exército alemão, o que levaria ao seu colapso. Trata-se de uma batalha com muitos mitos em volta a distorcerem a perceção do realmente passado nesse dia 9 de Abril de 1918.

Uma situação análoga à da batalha de La Lys foi a da contraofensiva alemã nas Ardenas na parte final da Segunda Guerra Mundial, a (Batalha do Bulge), que merece comparação pelas semelhanças entre ambas. Novamente um exército aliado escasso para defender o sector atribuído (o I Exército dos Estados Unidos da América), sujeito a uma ofensiva desesperada por parte do Alto Comando Alemão (OKW - Oberkommando der Wehrmacht), para desorganizar a frente aliada arrombando-a em profundidade, usando para o efeito quatro exércitos completos (dois blindados) para atacar no sector do I exército norte-americano.

A consequência foi o colapso local da frente, com retirada desorganizada dos americanos e com milhares a serem feitos prisioneiros pelos alemães, contido depois com as reservas aliadas (incluindo forças sobreviventes da Batalha de Arnhem ainda em recuperação como a 101.ª e a 82.ª divisões aerotransportadas) e com o desvio de recursos de outros exércitos aliados nas regiões vizinhas (com destaque para o III Exército do general Patton), obrigando a passar duma situação de ofensiva geral aliada à defesa do sector das Ardenas a todo o custo. Os aliados só retomariam a iniciativa na frente ocidental passado mais de um mês. Comparando-se ambas compreende-se melhor a derrocada das forças do CEP em La Lys.

A experiência do Corpo Expedicionário Português no campo de batalha ficou registada na publicação João Ninguém, soldado da Grande Guerra, com ilustrações e texto do capitão Menezes Ferreira. A Liga dos Combatentes comemora anualmente o Dia Nacional do Combatente que tem lugar, habitualmente, todos os anos no Mosteiro de Santa Maria da Vitória - Batalha (Leiria) num dos primeiros fins de semana de Abril, com a presença dos vários ramos das forças armadas portuguesas, entre outras entidades.

JHM

Fonte: http://dbpedia.org/

UMA EVOCAÇÃO E DOIS APELOS

Mensagem do Presidente da Liga dos Combatentes, no dia 9 de abril - DIA DO COMBATENTE

Exmo. Senhor, Presidente da República e Presidente de Honra do Conselho Supremo da Liga dos Combatentes
Exmo. Senhor, Ministro da Defesa Nacional e Vogal de Honra do Conselho Supremo d Liga dos Combatentes
Exmo. Senhor, Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e Vogal de Honra da Liga dos Combatentes
Exma. Senhora, Secretária de Estado dos Recursos Humanos e dos Antigos Combatentes
Exmos. Senhores, Chefes do Estado Maior da Armada, Exército, Força Aérea e Vogais de Honra da Liga dos Combatentes
Exmos. Senhores, Comandante Geral da GNR e Diretor Nacional da PSP
Exmos. Membros do Conselho Supremo e Conselho Fiscal da Liga dos Combatentes
Exmos. Senhores, Presidentes dos Núcleos da Liga dos Combatentes e das Estruturas de Apoio Social, à Cultura e à Saúde

Caros Combatentes

Hoje, 9 de abril, é Dia do Combatente. Motivos imponderáveis impedem-nos de evocar este dia da forma tradicional.

Hoje, porém, embora separados e confinados, sentimo-nos como sempre juntos, fazendo frente a um inimigo biológico invisível que ameaça todos os portugueses e a humanidade, num combate sem frentes e em todos os espaços. Hoje, todos temos a real noção do que é combater sem armas, sem meios logísticos e meios humanos suficientes.

Hoje, enquanto não for viável o contra-ataque, a estratégia é adotar a defensiva e jogar com o tempo, contendo e reunindo meios. Estamos todos na frente de combate cumprindo ordens legais e legítimas. Entretanto, como sempre, na frente ou na área de retaguarda, o serviço de saúde salva vidas.

As minhas primeiras palavras são, por isso, para homenagear os que já caíram e incentivar os que continuam a salvar vidas, os que trabalham arriscando a vida e os que se confinam para roubar ao inimigo a vontade de combater, derrotando-o. Felizmente até hoje a nossa Instituição tem-se mantido forte e os nossas Residências do Porto e Estremoz sem problemas. Continuemos lutando e aplicando corretamente os nossos Planos de Contingência.

Minhas senhoras e meus senhores, portugueses e portuguesas

Hoje, dia 9 de abril, nos santuários da Pátria, lugares de memória, em todo o país e no estrangeiro, em cerimónias simples, onde houver um Núcleo da Liga dos Combatentes, evocamos o dia 9 de abril de 1918, o primeiro dia da histórica e Batalha de La Lys, em França. O Dia Nacional do Combatente.

Dia em que o sofrimento, o heroísmo e a coragem, se misturaram com o desespero e o desalento. O guerreiro se cruzou com o prisioneiro. O abandono com a revolta.

A segurança com a insegurança. O sangue com as lágrimas. A vitória individual com a derrota coletiva. A derrota tática com a vitoria estratégica. A boa com a má política. Comandos estrangeiros com comandos nacionais. Os heróis vivos com os heróis mortos.

Batalha de La Lys. Repositório de lições que uma vez aprendidas, jamais deviam ser repetidas. Não foi, porém, nenhum Alcácer Quibir. Ali não se perdeu independência. Ali, ganhou-se independência. Com o sacrifício de uma geração que hoje mais uma vez honramos e recordamos. Berçário e verdadeiro símbolo, síntese da História de um país, construído sobre vitórias e derrotas dos seus homens de armas, que soube sempre, de ambas, retirar as consequências, mantendo a sua identidade e a sua independência quase milenar. Acabada a guerra, os que nela se bateram, continuaram a sua luta para que os vivos fossem enaltecidos e os mortos fossem honrados.

Hoje evocamos os 102 anos desse momento histórico. Mas celebramos também os cem anos da primeira homenagem significativa aos soldados desconhecidos.

Aconteceu, em 1920, em Inglaterra e na França, na Abadia de Westminster e no Arco do Triunfo, o que levou a apresentação no parlamento português da ideia de materializar, em Portugal, idêntica homenagem ao soldado desconhecido português da Grande Guerra.

A discussão política que se seguiu quanto ao lugar onde colocar os restos mortais dos soldados desconhecidos vindos da França e de África. Se inicialmente se apontou para os Jerónimos e para o Panteão, ambos em Lisboa acabou por ser decidido, já em 6 de abril de 1921, que seria na Batalha, o que aconteceu a 9 de abril do mesmo ano.

A Liga dos Combatentes, cuja fundação remonta igualmente a 1921, nunca mais deixou de honrar e evocar, em Portugal, o dia 9 de abril de 1918, como o Dia do Combatente.

Dia do Combatente em que para além de homenagearmos aqueles que participaram na guerra de curta duração que daria início a Época das Guerras Totais, homenageamos todos os Combatentes que serviram Portugal ao longo da sua História, nomeadamente aqueles que, como nós, fizeram uma Guerra Limitada de longa duração, com consequências físicas e psicológicas dramáticas para os combatentes e para o país, bem como aqueles que hoje, em Forças Nacionais Destacadas, ▶

servem Portugal e a paz no mundo.

Quando refletimos sobre o significado histórico do lugar da Batalha, onde tradicionalmente evocamos este dia, e onde ao multicentenário mosteiro de Santa Maria da Vitória se juntou, de pé, em estátua equestre, D Nuno Álvares Pereira, se ergueu o monumento a Mouzinho de Albuquerque e se integrou o túmulo do soldado desconhecido, sentimos que há gerações e gerações de portugueses que um dia ali se reencontraram e se continuam a encontrar com a História de Portugal e reconheceram e reconhecem naquele espaço, um dos mais importantes lugares de memória do país.

Por isso, consideramos fundamental o que há anos vimos defendendo e propondo. A Batalha está, por um lado, em dívida para com os combatentes da guerra do ultramar, por outro lado, a Batalha merece completar o seu acervo histórico e arquitetónico, homenageando o esforço de mais uma geração, a geração da Guerra do Ultramar. Geração que, tal como em Aljubarrota, como na Restauração, protagonizou, durante 21 anos, uma das Batalhas Decisivas da História de Portugal. De facto, com a guerra do ultramar e o 25 de abril, como naqueles momentos Históricos, as forças armadas alteraram decisivamente o destino do país.

Num momento em que em Portugal, ao nível da Assembleia da República, se desenvolvem trabalhos tendentes a aprovação de um Estatuto do Combatente em que se procura o consenso em sede de Comissão de Defesa Nacional, para a adoção de medidas sociais e económicas concretas de apoio aos combatentes, é momento para mais uma vez apelarmos, na pessoa do seu Presidente Dr. Marco Perestrello, que tão bem conhece os problemas dos combatentes, pelas funções governamentais já desempenhadas, para que a solução final tome em consideração para além das propostas do governo e dos partidos, as propostas da Liga dos Combatentes e outras associações, dela resultando a revisão da lei e medidas concretas de apoio à saúde, apoio social e económico. Se assim for, teremos uma verdadeira Lei do Reconhecimento e da Solidariedade e, finalmente, a reconciliação dos combatentes com o Estado e o seu reencontro com a dignidade que merecem. Apelamos a que se não perca esta oportunidade histórica, mormente o difícil momento que atravessamos.

Neste último ano do primeiro século de vida da Liga dos Combatentes temos o orgulho e satisfação de afirmar que a Liga dos Combatentes está mais viva do que nunca e que o ano de 2019 foi, como anos anteriores, ano extraordinário em termos internos e internacionais. Não podemos, no entanto, deixar de testemunhar a nossa profunda

Neste último ano do primeiro século de vida da Liga dos Combatentes temos o orgulho e satisfação de afirmar que a Liga dos Combatentes está mais viva do que nunca…

preocupação com o ano 2020, quando face à atual conjuntura, é certa a perda de receitas próprias que nos conduzirão a situações difíceis de resolver e apontam para a necessidade de revisão orçamental e solicitação de apoios extraordinários.

Neste momento, para além do Estatuto do Combatente. Outro problema vital nos ultrapassa e para o qual necessitamos de apoio urgente das mais Altas Entidades do Estado, nomeadamente do MDN.

Diz respeito a resolução definitiva da não aplicação do Princípio da Onerosidade à Liga dos Combatentes. Desde 2014 que afirmamos com fundamento, ser ilegal, injusto e imoral, o Ministério das Finanças de três governos, tentar aplicar tal lei à Liga dos Combatentes, uma instituição que preserva a cultura, a saúde e o ensino, instituições isentas por lei do princípio da onerosidade. Há cinco anos a esta parte, que continuamos sendo, de forma diversa e descoordenadamente, solicitados pelo MDN e pelo MF para pagamento de 800 mil euros anuais por renda de seis imóveis, sedes e núcleos museológicos de Núcleos e que há décadas foram cedidas à Liga por protocolo com o Exército.

Seria entregar de volta ao Estado a subvenção anual que dele a Liga recebe, com óbvias consequências intoleráveis e inadmissíveis. Apelamos à isenção total da Liga, para os seis imóveis, que a Liga retirou do total abandono, recuperou e deu vida habitável e que são hoje sede de Núcleos da Liga dos Combatentes que preservam a história, promovem a cultura, a saúde e o ensino e são Núcleos Museológicos integrados no Museu da Liga dos Combatentes.

Apelamos ao Presidente de Honra do Conselho Supremo da LC, Sua Ex.ª o Presidente da Republica e aos vogais de Honra desse conselho, suas Exas o Ministro da Defesa Nacional, CEMGFA, CEMA, CEME e CEMFA e à senhora SERHAC para que apoiem as decisões unânimes da Assembleia Geral, Conselho Supremo, Direção Central, Direções dos Núcleos e Combatentes e ajudem, junto de quem tem poder de decisão nesta matéria, certamente o senhor Ministro das Finanças, a resolver este problema vital que se vem arrastando há anos. O apelo que fazemos é legal, justo e moral. Não se trata da insensibilidade deste governo, mas da máquina burocrática de três governos que semestralmente ataca com secas e dolorosas faturas, a alma, o espírito e o corpo dos que sete dias por semana, 52 semanas por ano, voluntariamente, promovem a História, a solidariedade, apoio mutuo e os valores superiores do país, preservam a cultura, a saúde e o ensino, numa Instituição de apoio aos combatentes e famílias, deficientes físicos, mentais e sociais, há um século. É altura de aprofundar o cumprimento do nosso Estatuto, onde se lê: "O Estado apoia a Liga dos Combatentes através do Ministério da Defesa Nacional".

Pedimos apenas que deixemos de receber faturas e que dois desses imóveis, sedes dos Núcleos do Funchal e de Portalegre, deixem de constar

da última lista publicada de património da Defesa Nacional a rentabilizar, já que não há forma mais digna de o fazer, do que servirem de casa dos Combatentes de Portugal. Acreditamos que ninguém estará interessado em criar condições de não sobrevivência ou de provocar a impossibilidade de cumprimento das missões da Liga dos Combatentes. Dentro de um ano, estaremos a comemorar o centenário da fundação da nossa instituição. Estaremos certamente a contribuir para a garantia da Perenidade da Liga dos Combatentes, no cumprimento dos seus objetivos estatutários de promoção dos Valores Superiores do País, da Segurança, da Paz, dos Direitos do Homem e da Solidariedade. Termino com o Grito da Liga dos Combatentes:

Liga dos Combatentes!
Valores Permanentes!
Liga dos Combatentes!
Em todas as Frentes!

Viva a Liga dos Combatentes!
Viva Portugal!

Histórias Secretas da Guerra

Foto: Arquivo Global Imagens

Evacuação de feridos num helicóptero Alouette III na Guerra do Ultramar

Fernando Reis Lima
Alf. Mil.º Médico em 1961/1963

O enclausuramento, a que a maioria dos portugueses está obrigado, é estímulo para leitura, meditação, ouvir música ou, mais ainda, para relembrar e escrever, o que muitas vezes temos escondido no mais profundo e recôndito lugar da alma, nomeadamente o que se passou na época de 1961/74, em que quase que todos os elementos da minha geração foram obrigados a participar na Guerra do designado, ao tempo, Ultramar Português.

O isolamento necessário e por ventura, ou desventura, ainda não suficiente para contenção do coronavírus, motivou troca de mensagens ou telefonemas entre alguns dos que nela participaram, pelos mais diversos motivos.

E, assim sendo, recebi de alguns dos meus amigos, as mensagens que quero partilhar com quem me entenda, isto é, com quem viu e sentiu a guerra na primeira pessoa e por outro motivo, para que estas memórias se não percam, no decorrer do tempo.

Só fala, levianamente, muitas vezes de guerra, quem não conhece o medo, horror, solidão e desespero, meta transformado em coragem de quem a sofreu e nela sentiu, muitas vezes, a terrível sensação de impotência em tentar resolver ou constatar algumas das situações que se deparavam. No meu caso, operei muitos militares (com feridas de guerra) e civis (mais de três centenas), alguns no Norte de Angola, mas, a maioria no Sul na cidade do Luso Distrito do Moxico.

Tinha à minha disposição uma sala de operações razoavelmente bem equipada, dentro dos padrões da época (1962) e uma equipe de enfermagem civil e militar, excepcional em competência e dedicação. Colaborei em centenas de partos eutócicos (normais) e resolvi muitos outros com cesarianas e outras técnicas obstétricas, além de ter praticado cerca de três centenas de diversos actos cirúrgicos de grande cirurgia, em civis e militares. Lembro, neste confinamento e momento, com alguns dos meus Queridos Camaradas de Armas ou de Medicina, algumas das nossas, até à data, histórias secretas da guerra… Recebi do meu amigo e distinto médico Rui Vaz Osório a missiva que se segue:

Caro Reis Lima

O teu livro foi o meu companheiro desta situação de quarentena, e digo-te com sinceridade que foi um excelente companheiro. Mostrou-me uma guerra muito diferente da minha, passada num laboratório e sendo as minhas armas as agulhas e o microscópio. Só sentia a guerra quando estava de serviço como único médico do hospital.

Aí sofria com medo que me aparecesse um militar gravemente ferido e que eu não soubesse o que fazer. Felizmente isso nunca aconteceu pois bastava um telefonema e o especialista que estivesse destacado para essa noite aparecia passados poucos minutos. Vivi, contudo, uma situação dramática que ainda hoje me está na memória. Não resisto a recordá-la como a escrevi no meu livro:

"Estava em curso a visita do Presidente Américo Tomás a Luanda e preparava-se uma parada militar em sua honra. A meio duma manhã bastante calma, estava eu à conversa com dois ou três colegas, quando entrou uma ambulância transportando um jovem oficial com um aspecto cadavérico e a farda branca encharcada em sangue. Fomos a correr em seu auxílio, mas o sangue que saía da virilha direita era muito e o estado geral péssimo.

Tentou-se tudo para estancar a hemorragia, mas praticamente limitamo-nos a verificar o óbito. Tinha apanhado um tiro que lhe dilacerou a artéria femoral.

Como fora isto possível? Era um tenente miliciano com a comissão de serviço já terminada e que estava em Luanda a aguardar embarque para a Metrópole, acompanhado da esposa que viera passar com ele aquelas últimas semanas. Como estava disponível, foi convocado para desfilar na parada, e quando no quartel vestia a farda de gala, um sargento que no quarto do lado limpava uma espingarda disparou-a inadvertidamente e a bala atravessando o fino tabique de madeira que separava os dois compartimentos atingiu-o na virilha. Situação dramática, morte ingloria, e agora quem ia dar a notícia à esposa? Quem tinha coragem de dizer a uma mulher, que após dois anos de medo e sofrimento se preparava para ver o marido desfilar com música e festa, que ele tinha morrido com um tiro casual?

O Director do Hospital queria que fosse eu, mas faltou-me a coragem para isso, e consegui que outro colega o fizesse por mim."

Voltou-me tudo isto à cabeça enquanto ia lendo as muitas situações semelhantes, ou piores, que tantas vezes viveste!

Um grande abraço e os meus parabéns, além de ser um excelente livro mostrou uma guerra sem ódios, só possível com a excelente relação que sempre existiu em Angola entre pretos e brancos.

Rui Vaz Osório

Respondi, como se costuma dizer na volta do correio com o texto que se segue:

Querido Amigo Rui

O teu testemunho é impressionante para quem viveu o que nós vivemos, cada um à sua maneira, com certeza. Fez me lembrar o que escreveste, mais um episódio que vivi no Norte de Angola, que me deixou frustrado... Contemos o que se passou: No decorrer de um combate, um furriel (de uma Companhia dos Açores, adida ao meu Batalhão, o 114) foi atingido com um tiro próximo da virilha. Trouxeram-no à minha presença com um garrote, mas colocado no meio da coxa…. Já estava morto quando o recebi e esvaído de todo o sangue que tinha...

São algumas das histórias que não contei...e de que me lembrei com o que me relataste. Se tivessem colocado, como seria óbvio, o garrote devidamente, eu, teria, talvez, resolvido o caso. E assim morreu um rapaz de vinte ou vinte e dois anos... ingloriamente. São memórias que nos martirizam a alma, mesmo quando, quase sessenta anos depois, as revivemos.

Um abraço do teu dedicado

Fernando Reis Lima

"Relembro que no decorrer desse combate, transferido pelo médico da Companhia de Caçadores Especiais 270, Alferes Médico Doutor Gonçalves, trouxeram-me um Alferes, atingido com um projétil que lhe esfacelou o maxilar inferior. Mal podia respirar com o sangue acumulado.

Pratiquei, de imediato uma traqueotomia, introduzindo na traqueia a peça metálica que equipava o estojo cirúrgico do carro sanitário. Foi evacuado para o Posto de Socorros do Sector, falecendo mais tarde, malgrado os cuidados prestados… A maioria dos meus amigos e alguns dos meus colegas de curso, senão quase que a maioria, também estiveram na época de 1961/1974 na Guerra. As trocas de memórias e de tudo o que se relaciona com a nossa vivência nesse período tão dramático das nossas vidas, vem muitas vezes à baila..."

Após receber o relatado, obtive do Dr. António Alves Pimenta, meu estimado ▶

colega de curso, o texto que se segue:

Caro Reis Lima, como me enviaste estes episódios da guerra em Angola também teria outros para contar. Com efeito como tantos outros lá permaneci como médico da Companhia de Caçadores 501 inicialmente no Colonato do Vale do Loge depois no Lumeje (perto do Luso hoje Moxico) e por fim na altura chamada Teixeira de Sousa. Fazia parte do Batalhão de Caçadores 503, juntamente com os colegas Lima Carneiro, Barros Ferreira e Fernando Ruas (de Coimbra), comandados por um excelente militar: o na altura Tenente-coronel Malho Ilharco.

Muitos episódios de guerra vivemos como por exemplo a conquista da serra do Inga muitos feridos e doentes me passaram pelas mãos e até partos realizei! Enfim o que vivi nas terras de Angola dava para uma conversa de longas horas...

Todos os anos, homens do Batalhão 503 se reúnem juntamente com os seus familiares num almoço de convívio e de recordações. Infelizmente este ano as perspetivas não são boas... Irá ser possível alguns meses mais tarde?

Não resisti a transmitir estas memórias, pela sua curiosidade e nalguns dos casos pela sua originalidade, ao nosso estimado combatente e comum amigo, Exmo. Senhor Tenente-general Chito Rodrigues, Presidente da Liga dos Combatentes:

Senhor General Joaquim Chito Rodrigues e Querido Amigo.

Anexo umas mensagens que recebi e a minha resposta. São histórias da Guerra que vivemos… para ler e meditar.

Do seu dedicado amigo

Fernando Reis Lima

Respondeu o Senhor General:

Caros Dr. Reis Lima e Dr. Rui Vaz Osório
Digníssimos Combatentes

Quis o Dr. Reis Lima fazer o favor de partilhar a experiência vivida bem como a do Dr. Rui Osório, com episódios semelhantes, na sua área de responsabilidade da Guerra do Ultramar. Permitam que me junte vós e partilhe convosco o episódio que imediatamente me surgiu de recordação longínqua, mas bem presente. Em março de 1963, decorria na área de Nambuangongo uma grande operação, a que foi dado o nome de Terceiro Aniversário, com cerca de 2 mil efetivos.

No alto da pista de aviação de Nambuangongo procedia-se à colocação de forças por heli, com o movimento de comandos e tropas inerente. Ao lado direito a igreja, o cemitério e do lado esquerdo daquela, uma casa que servia de padaria. Num espaço, no topo da pista ao lado da padaria, um helicóptero armado de canhão fazia manutenção e remuniciamento. Encontrava-me no topo da pista junto à padaria coordenando a colocação de forças. A determinado momento uma rajada fortuita do heli-canhão soa nos ares. Ainda me interrogava sobre o que sucedera, vejo sair da porta da padaria correndo um militar espavorido. Corro para a porta para ver o que se passava. Dentro, um militar que não fora à guerra, amassava o pão, estava praticamente cortado ao meio pelas munições do heli canhão que, furando a parede da padaria, o atingira mortalmente. Naquela tarde, naquele cemitério no alto de Nambuangongo, dominando toda a floresta circundante, ao toque de clarim, descia o corpo de um soldado. Estava na guerra. Nesse dia não fora à guerra.

Amassava pão. Num poema que lhe dediquei escrevi "Levou-o a ele. Amassava o pão. Por acaso a mim não". De facto, como outros militares estávamos numa linha que saindo do heli, faria um ângulo de vinte graus com a linha que as munições seguiram em direção à vítima. No cemitério, imediatamente ao lado onde caiu, assisti ao seu descer à terra, olhando todo o horizonte verde da mata que nos circundava e ouvindo o toque de clarim ressoando sobre toda aquela floresta que dali se dominava, e onde, camaradas seus, enfrentavam perigos e continuavam cumprindo o seu dever. Sentimento e imagem que me ficou para toda a vida. Dramática morte, sem a glória merecida, para quem, no Exército, servia gloriosamente Portugal. São momentos como os vossos e como este que nos unem, estejamos onde estivermos, e que ao longo da vida nos tornaram mais fortes.

Um grande abraço e votos de boa saúde, neste período difícil, em que circunstâncias anormais nos fazem enfrentar novas ameaças.

Gen Chito Rodrigues

O Doutor Rui Vaz Osório após receber a mensagem do Senhor Tenente-general Joaquim Chito Rodrigues, estimulado pelo que leu, relembrou o que talvez estivesse muito escondido num dos recantos da sua memória, mas que, como acontece a muitos antigos combatentes veio, de supetão, ao de cimo, e que só aliviou a sua alma desabafando…

Caros amigos:

Fico sempre emocionado com aquilo a que chamo "mortes estúpidas". Mas a guerra tem os olhos fechados, e vou contar-vos duas situações que, embora não se passassem directamente comigo me chocaram vivamente.

Quando era Governador-geral de Angola o Coronel Silvino Silvério Marques, pessoa muito respeitada e de elevada craveira intelectual, os seus dois filhos estudavam medicina e ambos eram meus alunos. Nessa altura, e finda a tropa dirigia eu a cadeira de Microbiologia da Faculdade de Medicina de Luanda. Um deles era um excelente aluno, mas o outro, embora muito inteligente, estudava pouco e era um aluno fraco, com notas que andavam sempre entre o 9 e o 10. À medida que se aproximava a data do exame final do rapaz, mais eu me convencia que o ia reprovar, pois a sua prestação era francamente má. Mas de repente algo aconteceu algo que veio alterar profundamente as minhas convicções. Três dias antes do exame o Governador, por ter perdido a confiança política do primeiro ministro Salazar, foi demitido e substituído pelo coronel Rebocho Vaz. E então fiquei perante este dilema:

- Se eu chumbo o rapaz o que se vai dizer em Angola? Pronto, o pai caiu em desgraça e o filho apanha por tabela!

Esta seria uma interpretação possível, mas mais e piores iriam com certeza aparecer. E então fiz uma coisa que nunca tinha feito na minha vida. Fiz-lhe um exame intencionalmente fácil, e mesmo assim com umas ajudinhas para o 10 não parecer escandaloso.

Posteriormente falei com ele sobre isto. Era brincalhão e meio despistado, mas duma educação impecável. Compreendeu perfeitamente a minha posição e agradeceu. Infelizmente todos estes acontecimentos se vieram a tornar irrelevantes poucos anos depois. Quando já médico e no cumprimento da sua comissão militar seguia num jipe por uma picada de Cabinda, foi atingido por uma bala perdida que ninguém ouviu e morreu.

A outra situação passou-se com um médico cardiologista meu colega de curso, que, apesar de ser um tipo pachorrento e nada virado para aventuras, andava deprimido por estar há tantos meses enclausurado no acampamento, perto do Uíge. Assim, embora com algum receio, aceitou o convite dum oficial da Força Aérea para o acompanhar numa missão de retaliação a uma aldeia próxima, donde tinham partido vários ataques e se sabia ser um abrigo para os terroristas. Mesmo com o horror que sentia pelos tiros e pela guerra lá entrou no avião. Chegados à aldeia, o piloto baixou o avião e preparou-se para o ataque. Só que, as palhotas pareciam vazias e cá fora só se viam alguns miúdos a brincar e uma ou outra mulher nas suas fainas habituais.

- Eu sei que isto está cheio de turras, dizia ele para o meu colega depois de duas ou três voltas sobre a aldeia, mas não sou capaz de metralhar miúdos e mulheres!

E depois de mais algumas tentativas regressaram à base sem ter dado um tiro. Só que nessa mesma noite houve novo ataque ao acampamento, e o maior amigo desse piloto foi atingido por um tiro e morreu.

No dia seguinte o piloto, desesperado e culpando-se de não ter cumprido a sua missão, levantou voo e destruiu a aldeia. São dramas de guerra, dificilmente aceitáveis para quem está de fora, mas compreensíveis para quem está por dentro e vive diariamente o dilema de "ou matas ou morres!".

Desculpem se me excedi, mas sabe bem desabafar com quem sabemos que nos compreende!

Rui Vaz Osório

O Doutor Osório, advogado e estimado antigo combatente, que faz o favor de ser meu amigo, comentou após ler estes textos:

Estas histórias, mais ou menos secretas, que marcaram indelevelmente as nossas gerações e que ainda nos emocionam ao recordá-las...

Gerações que lutaram, e tanto se sacrificaram, e agora enfrentam, no fim das suas vidas, um outro "terrorista" invisível que não se esconde nas matas, mas nas suas próprias carnes.

E é o coronavírus, digo eu!

E são estas e outras memórias, que só são compreendidas, pelos que, como disse uma vez num dos seus textos, o General Mário Lemos Pires:

Mas isto, só bem o sentem e bem o percebem os que lá foram (à guerra…)

Coluna militar progride através de um curso de água em Angola (1970)
Foto: Arquivo Global Imagens

A Guerra: Angola 1961-1963 (2.ª Edição) Autor Fernando Reis Lima. Edição Modo de Ler, Centro Literário Marinho Lda. Praça Guilherme gomes Fernandes, 38 2.º A 4050 294 Porto Telf: +351 222 010 458 E-mail: mododeler@mail.com

29 de maio

Dia das operações de Paz e Humanitárias

Este ano e face aos condicionalismos impostos pela Pandemia comemorou-se este dia de modo simples e discreto numa cerimónia junto ao Monumento às Operações de Paz e Humanitárias, situado em frente ao Museu do Combatente, em Lisboa.

Participaram nesta cerimónia, o Almirante CEMGFA, a Secretária de Estados dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes, o Presidente da Liga dos Combatentes, membros da Direção Central da LC, representantes dos ramos das FA's, além de outras entidades convidadas.

Foi feita deposição de coroas de flores pelo Major-general Pinto Castro, primeiro comandante do BTm4, pelo Presidente da LC, Tenente-general Chito Rodrigues, pela Secretária de Estado dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes, Prof.ª Doutora Catarina Castro e pelo Almirante CEMGFA António Silva Ribeiro. Após a cerimónia e de uma apresentação realizada na Sala Aljubarrota, a manhã terminou com o Presidente da Liga dos Combatentes, Tenente-general Chito Rodrigues a conduzir a SERHAC e o Almirante CEMGFA numa visita guiada ao Museu do Combatente.

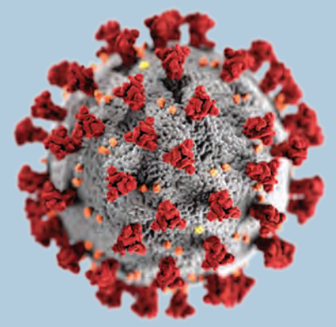
IM

LIGA SOLIDÁRIA - Apoio à COVID-19

Tendo como objetivo apoiar a Liga dos Combatentes no combate à COVID-19, as doações que vimos solicitando, no âmbito deste Programa, destinam-se agora, a apoiar as dificuldades e situações criadas pela pandemia.

Vimos solicitar a ajuda de todos depositando na conta abaixo indicada, o vosso contributo.

Conta Solidária - NIB 0035 0396 0022 0208 9305 8



A pobreza e a exclusão da Covid-19

Verificou-se durante os anos de crise nacional, conhecidos pelos anos da Troika, que aumentou a sensibilidade da população para com quem lutava para ter as condições básicas de vida, leia-se quem era já pobre - "Velha Pobreza" – mas que, pelo contrário, foram sendo marginalizados os extratos sociais que até então viviam fora do limiar da pobreza e que se viram, eles mesmos, dentro desse limiar, devido aos sucessivos cortes nos rendimentos disponíveis que possuíam. Ora, o mesmo acaba de acontecer, devido a toda a conjetura trazida pelos sucessivos Estados de Emergência, para travar a propagação da doença provocada pelo novo Coronavírus, a COVID-19, sobejamente conhecida. Uma parte da sociedade volta a sofrer uma nova catalogação social - como pode alguém que veste bem, com casa, carro e emprego ser um pobre?

O âmbito da globalização exige um novo esboço das políticas sociais, e é aí que se inserem propostas de transferência de renda, que vêm sendo amplamente debatidas, há muito, nos fóruns internacionais, como um direito económico de último tipo, não seria assistencialismo e sim um direito universal como a saúde, educação, segurança, entre tantos outros. Todos os indicadores têm apontado para resultados positivos, seja na distribuição de renda ou no acesso à melhoria na qualidade de vida. Essa ideia da distribuição de renda está contida na proposta do Imposto Negativo, concebida por Milton Friedman, Prémio Nobel da Economia, muito em uso nos países anglo-saxónicos. E, note-se, foi o que o estado Português teve de acabar por fazer, com a crise COVID-19: abrir os cofres e garantir rendimento, mesmo a quem não trabalha, seja por despedimento, seja por Lay off. O debate sobre esta nova realidade social não pode ser exclusivo dos economistas, por possuir muitas outras extensões de que os mesmos não têm conhecimento. O poder deve entender a problemática sob novos moldes de chegar à população por meio da arte de governar pessoas e não números. Foucault deixou um grande contributo de como considerar a política no neoliberalismo, uma arte de governar com disciplina, para o controlo da população e a gestão dos indivíduos.

Assim, temos que o nosso sistema de desenvolvimento pende para um novo tipo de exclusão social - Nova Exclusão - em que o resultado é a modificação do "novo pobre", no excluído necessário que contribui com o seu rendimento para sustentar a máquina do estado, e o "velho pobre", no excluído desnecessário do ponto de vista da economia, pois não possui rendimentos para contribuir. Processo em que o "Novo Pobre" tende a evoluir e adquirir o estatuto de "Novo Velho Pobre" e a herdar toda a condição social do "Velho Pobre", o tal ameaçador.

O excluído moderno é, assim, um grupo social que, se deixa de ser economicamente necessário, passa a politicamente incómodo e socialmente ameaçador, podendo, portanto, ser socialmente eliminado. É este último ponto o pilar da nova exclusão social.

Esta propensão, a expulsão da sociedade de consumo, devido à perda de rendimento, antecede a do mundo político e social, que é afinal o impulso para a exclusão da vida. Assim, será necessário reter os grupos excluídos internamente. Entre a atual situação e a da separação social, a forma de exclusão mais extrema, existe um longo espaço de tempo a ser percorrido, para dizer que ainda é possível inverter o processo, antes que mais indivíduos caiam na situação de novos pobres e estes na situação de novos excluídos.

O grave da situação não está tanto na sua iminência, mas no facto de que só é resolúvel com uma maneira diferente de encarar a dinâmica social. Hoje em dia, tanto teorias, como políticas sociais, que sortiam o efeito de integração, simplesmente não resultam no contexto atual. Os governos têm de ver-se como empregados da população, como os gestores do bem público, pois o dinheiro não é seu, não é para si.

O aparecimento de cada vez mais novos excluídos é o indício claro de que o tema social mudou de essência. A pouco e pouco assume novos contornos, ainda incertos, de que não se prevêem políticas racionais para a sua minimização. Os estados, neste momento de grave período de crise, teriam todo o interesse em empregar os conhecimentos dos seus sociólogos para a compreensão do processo, em vez da experimentação de políticas elaboradas por políticos, advogados, inexperientes, desconhecedores da realidade social que, tal como referido, governam as pessoas como se de números se tratassem.

In Ensaios Sociais "A Nova Pobreza" & "Nova Exclusão Social", de António Alexandre Nobre Evaristo, Cientista Social
Presidente do Núcleo da Batalha da LC

Sala Augusto Castilho - Um homem e dois navios

Homenagem à Marinha em três vertentes históricas

Isabel Martins

A nova sala de exposições AUGUSTO CASTILHO, no Museu do Combatente, vai ser dedicada à Marinha, mas o seu nome tem a ver com um Homem e dois navios, um patrulha e uma corveta que tiveram o seu nome.

O HOMEM

O Almirante Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha (10.10.1841-30.03.1912) foi um militar da Marinha Portuguesa. Era filho do conhecido António Feliciano de Castilho, escritor romântico, polemista e pedagogista, inventor do Método Castilho de leitura, político, escritor, poeta (1800-1875) e de sua mulher Ana Carlota Xavier Vidal de Castilho (1811-1871).

A sua carreira começou na Escola Naval em 1859, tendo servido em Angola, no Estado Português da Índia, em Moçambique e no Brasil.

Em Moçambique foi Governador-geral de 1885 a 1889. Nessas funções, emitiu em 1886 uma Portaria Provincial regulando a cobrança do "mussoco" nos Prazos (que tinham sido "extintos", pela terceira vez, seis anos antes), que incluía a obrigatoriedade de os homens válidos pagarem aquele imposto, se não em produtos, então em trabalho; foi dessa forma que começaram a organizar-se as grandes plantações de coqueiros e, mais tarde, as de sisal e de cana sacarina na Zambézia.

Como Capitão de Fragata e comandante da corveta portuguesa Mindello, Augusto de Castilho ficou conhecido no episódio do asilo concedido aos insurgentes brasileiros da Revolta da Armada, que assim ficaram salvos da morte em 13 de março de 1894 - no porto do Rio de Janeiro, entre os quais o Almirante Saldanha da Gama.

O governo brasileiro reconheceu o ato do português, afirmando:

"É inspirado em sentimentos humanitários, vê-se, todavia, obrigado a reclamar a entrega daqueles indivíduos, por entender que, como criminosos que são, não estão no direito de gozar da proteção que tiveram" considerando também que o crime cometido pelos rebeldes era de pirataria, sendo que assim não tinham o direito de asilo por não estarem a ser reprimidos por motivos políticos.

O governo português entendeu que eram criminosos políticos, mas comprometeu-se a não os desembarcar em território estrangeiro, mantendo-os a bordo até a solução diplomática.

Entretanto o comandante Augusto de Castilho partia do princípio que o seu navio e a corveta Affonso de Albuquerque, que tinha sido enviada de Lisboa para reforçar a presença naval portuguesa, não tinha condições de atravessar o Atlântico para desembarcar os brasileiros em território português, navegando com os rebeldes para a Bacia do rio da Prata, onde se pretendia fretar um navio para levar os rebeldes para Angola.

Contudo, com os navios fundeados no Prata, ocorre uma fuga de 254 rebeldes, incluindo do almirante Saldanha da Gama, que posteriormente viria a se unir na luta dos revolucionários na Revolução Federalista. Esta ocorrência fez com que o ministro de relações exteriores do Brasil, Alexandre Cassiano do Nascimento rompesse relações com Portugal, que seriam reatadas durante o governo de Prudente de Moraes.

Todo este grave incidente diplomático leva à exoneração do Comandante Augusto Castilho que regressa a Lisboa. Presente a Conselho de Guerra é ilibado, e a sua atuação como Comandante da Mindello é mercê de louvores.

Este assunto resultou no livro Augusto Castilho e a revolta da Marinha Brasileira em 1893-94: o conflito entre princípios humanitários, rigor militar, ação política e diplomacia / João Freire. - Lisboa: Academia de Marinha, 2018. - 159 p.: il. ; 24cm. - ISBN 978-972-781-140-3

Foi ainda Governador civil do Distrito do Porto, Diretor-geral da Marinha e ministro da Marinha e Ultramar, de 4 de fevereiro a 25 de dezembro de 1908. Colaborou na revista A imprensa (1885-1891) e dirigiu a revista Brasil-Portugal (1899-1914). Encerrou a sua carreira no posto de Major-general da Armada na altura da implantação da República.

Comandante Carvalho Araújo

Nota: a maqueta da corveta Mindello, que comandou, consta da exposição.

O NRP Augusto de Castilho

AUGUSTO CASTILHO (1916-1918)

O Augusto Castilho, caça-minas batizado em homenagem ao Almirante Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha com o seu nome era o ex-arrastão de pesca Elite que em 13 de junho de 1916 devido à Grande Guerra, foi requisitado pelo Governo Português para ser usado em missões como patrulha de alto mar e escolta oceânica, armado com uma peça de 65mm e outra de 47mm. Comandado pelo 1.º Tenente Carvalho de Araújo o navio chegou ao Funchal a 11 de outubro de 1918 procedente de Lisboa escoltando o vapor "Beira".

A 13 do mesmo mês, recebeu instruções para escoltar o paquete San Miguel da Empresa Insulana de Navegação, que transportava 206 passageiros e carga diversa. Pelas 6 horas da manhã do dia 14 de outubro de 1918, numa posição 180 milhas a Noroeste da ilha da Madeira, o submarino U-139, armado com duas peças de 150mm, cujo alcance era muito superior às do Augusto Castilho, atacou o paquete.

Durante duas horas travou-se um combate desigual entre o submarino alemão e o pequeno navio português, que tentava evitar a perseguição ao navio mercante, que, entretanto, conseguiu escapar e alcançar a salvo o porto de Ponta Delgada. Finalmente, com as munições esgotadas, o navio português pára e é dada ordem de abandono pelo imediato guarda-marinha Armando Ferraz, sob o fogo do inimigo. Um último tiro do submarino, entretanto, vitima fatalmente o Comandante Carvalho Araújo.

É lançado ao mar um salva-vidas onde se comprimiram trinta e seis homens que navegaram para a ilha de Santa Maria. Doze outros sobreviventes, numa jangada improvisada, conseguiram autorização dos alemães para retornar a bordo e embarcar num bote, o qual após duzentas milhas a remos alcançaram a ilha de S. Miguel. Depois de saqueado pelos alemães o navio seria afundado juntamente com os corpos do Comandante e dos marinheiros mortos em combate.

Assim terminou a história do patrulha AUGUSTO CASTILHO, que escoltara 22 navios e percorrera 7.020 milhas em apenas 20 meses de serviço na Armada, tendo sido o navio de guerra que teve mais encontros com submarinos alemães durante o conflito, sendo no último afundado.

Posteriormente o próprio Comandante alemão do submarino, por escrito, classificou os portugueses como heróis pela forma como combateram.

Mas a história do caça-minas Augusto de Castilho e do seu Comandante serão objeto de outro artigo na altura em que for inaugurada a exposição de navios.

O NRP "AUGUSTO DE CASTILHO" (1970-2011)

A corveta "Augusto de Castilho" da classe João Coutinho, foi construída sob um projeto de conceção nacional de 1965, da autoria do Contra-Almirante Engenheiro Construtor Naval Rogério d'Oliveira (Direção das Construções Navais) na Empresa Nacional, Bazan de Construcciones Navales Militares, em Cartagena.

De 1970 até 1975, os navios desta classe foram utilizados na função principal para a qual tinham sido projetados, atuando em missões de soberania nas águas de Angola, Guiné, Moçambique e Cabo Verde. Com a independência dos territórios ultramarinos, as corvetas passaram a ser utilizadas sobretudo em missões de vigilância, fiscalização, busca e salvamento nas águas de Portugal. A Marinha Portuguesa classificou os navios da nova classe como corvetas, apesar da sua dimensão já os inserir na categoria das fragatas ligeiras e de terem recebido o prefixo F no seu número de amura.

Este projeto teve a colaboração dos estaleiros alemães "Blohm & Voss" no que concerne a estudos de pormenor e estabilidade. Os três primeiros navios foram construídos em Hamburgo - Alemanha, e os restantes três, no qual se insere o NRP "Augusto de Castilho", nos Estaleiros Navais de "Bazán" (atual Navantia), em Cartagena - Espanha.

O projeto em questão foi utilizado posteriormente como base para as corvetas das classes "Descubierta" da Marinha de Guerra Espanhola, Egípcia e Marroquina, "Meko 140" da Marinha de Guerra Argentina e inspirou os avisos da classe "A69" da Marinha de Guerra Francesa, Argentina e Turca.

Foi lançada à água, tendo sido aumentada ao efetivo dos navios da Armada no dia 14 de novembro de 1970. Entrou em Lisboa pela primeira vez em 22 de dezembro de 1970.

Em janeiro de 1971 iniciou uma curta comissão no Arquipélago da Madeira, tendo em março sido colocada em Cabo Verde onde se manteve até outubro. Durante esse período, no dia 16 de Augusto, assistiu os náufragos do navio grego "Lelaps" que sofrera uma explosão e incêndio a bordo.

Em outubro foi transferida para Angola e em novembro efetuou fabricos em Capetown. Em março de 1972 voltou a Cabo Verde tendo regressado a Lisboa em junho de 1972.

Saiu em dezembro novamente para Cabo Verde, onde se manteve em comissão até dezembro de 1973. Durante ▶

F484 - NRP “Augusto de Castilho” em frente à Torre de Belém

esse ano de junho a setembro foi destacada para Angola e visitou duas vezes a Guiné. Em agosto de 1974 largou de Lisboa para a terceira comissão em Cabo Verde onde permaneceu até 4 de julho de 1975, véspera da proclamação da independência desse país. Em março de 1976 iniciou a primeira comissão nos Açores onde cumpriu regularmente comissões, participou em exercícios e ações de fiscalização. Em 12 de Maio de 1988, embarcou o Presidente da República Dr. Mário Soares. Em 2001 procedeu ao transporte para a Alemanha da 1.ª guarnição da Fragata “Vasco da Gama”, e no mesmo ano juntamente com a corveta “João Coutinho” participou na recuperação de corpos do acidente da ponte Hintze Ribeiro em Entre-os-Rios. Em 2002 fez parte do exercício “NEOTAPON”, servindo de navio de apoio aos Mergulhadores Sapadores na deteção de simulacros de minas. Através da Portaria 460/03 de 31 de março 2003 passou ao estado de desarmamento com vista ao seu abate aos efetivos da Armada.

Fontes: www.roda-do-leme.com/2011/11/f484-augusto-de-castilho-entra-em.html, INSO, Jaime do (Cte.). Marinharia Portuguesa na Grande Guerra; MONTEIRO, Saturnino (Cte.). Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa.
«Marinha de Guerra Portuguesa em 1918, O Escolta “NRP Augusto de Castilho”». Momentos de História. Consultado em 12 de janeiro de 2014.
A Capital de 4 de abril de 1918.
Guomundur Helgason. «Ships hit during WWI, Augusto De Castilho» (em inglês). uboat.net. Consultado em 12 de janeiro de 2014
SIMÕES, Luís J. in “Duzentas Milhas a Remos”, 1920. apud Naufrágios, Viagens e Batalhas. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1980 (Biblioteca de Autores Portugueses).
INSO, Jaime do (Cte.). Marinharia Portuguesa na Grande Guerra; MONTEIRO, Saturnino (Cte.). Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa.
«Marinha de Guerra Portuguesa em 1918, O Escolta “NRP Augusto de Castilho”». Momentos de História. Consultado em 12 de janeiro de 2014.
A Capital de 4 de abril de 1918.
Guomundur Helgason. «Ships hit during WWI, Augusto De Castilho» (em inglês). uboat.net. Consultado em 12 de janeiro de 2014
SIMÕES, Luís J. in “Duzentas Milhas a Remos”, 1920. apud Naufrágios, Viagens e Batalhas. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1980 (Biblioteca de Autores Portugueses).
Wikipédia
“Setenta e cinco anos no mar”, 8º volume, J. A. Sousa Mendes, Comissão Cultural da Marinha, 1993
Novos navios para a Armada, António Balcão Reis, 1969
A corveta Portuguesa nos anos 70 – Rogério d´Oliveira
Revista da Armada – dezembro 1973, setembro/outubro de 1993 e novembro 1994
COSTA, Adelino Rodrigues da – Dicionário de Navios e Relação de Efemérides. Lisboa, Edições Culturais da Marinha: 2006

Stannah

USUFRUA DE UMA VIDA INDEPENDENTE.

Apresentamos uma vasta gama de equipamentos para manter a sua independência e garantir que continua a fazer o seu dia-a-dia sem depender de ninguém.

ELEVADORES DE ESCADAS

Vença as escadas!
Suba e desça em segurança!

Práticos, seguros e muito confortáveis: assim são os elevadores de escadas Stannah. A pista aplica-se nos degraus ou na parede e a cadeira transporta-o entre os andares da sua casa, sejam umas escadas curvas ou retas, no interior ou no exterior. A cor dos estofos fica à sua escolha para combinar perfeitamente com a sua decoração. Utilize as escadas em casa, sem dores, nem risco de cair.

Elétricos de baixo consumo.
Instalação em apenas 1 dia*

ATÉ
-50%
DESCONTO

SCOOTERS DE MOBILIDADE

Se precisar de sair, vá em segurança com uma Scooter Stannah!

Para pessoas com dificuldades em andar, as scooters de mobilidade são a parceira ideal nas deslocações necessárias de forma independente: compras, idas à farmácia ou compromissos inadiáveis no seu dia a dia. Cada pormenor das scooters Stannah é pensado para proporcionar deslocações confortáveis e suaves, adaptando-se às mais diferentes necessidades de cada utilizador.

Vários modelos à disposição.
Circulação em exteriores e interiores.

ATÉ
-50%
DESCONTO

SOLUÇÕES DE BANHO Stannah

AQUALUXE Inclui cadeira ortopédica

Adaptada à medida do espaço da sua antiga banheira, com moldura cromada, painéis em vidro temperado e revestimento em pedra branca, para combinar com a decoração da sua casa de banho. Limiar de acesso muito baixo, base antiderrapante, barra de apoio, cadeira ortopédica...
Cada elemento do AQUALUXE está pensado para garantir uma total segurança para que se movimente no duche com inestimável tranquilidade!

Instalação em apenas 2 dias*

ATÉ
-10%
DESCONTO

DIA3OCO10620

Continuamos consigo, sempre em segurança!

A segurança sempre foi e continuará a ser a nossa principal prioridade. Por isso, dedicamos todos os nossos esforços para manter a nossa comunidade protegida e segura, adaptando todos os nossos serviços ao domicílio tendo em conta extensas precauções de segurança. Ligue-nos, estamos disponíveis para responder a todas as suas dúvidas.

Ligue e fale connosco:

808 918 388

Custo de chamada local

OFERTA DO MÊS

Na compra de um equipamentos de mobilidade Stannah, oferecemos uma viseira de proteção e um conjunto de toalhitas desinfetantes para que se mantenha protegido quando realmente for necessário sair.

A campanha apresentada nesta comunicação têm validade de um mês a contar da data da sua publicação, é válida para compras a pronto-pagamento e não é acumulável com outros descontos ou campanhas em vigor. *Baseado numa instalação em condições ideais.

A pandemia do COVID19 e a Guerra Nuclear...

Dois cavaleiros do apocalipse

Pág. 12